



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 208/2026 - COMPRASGOV N.º 90208/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

| | |
|---|--|
| PROCESSO ADMINISTRATIVO: | 0860.016837.00063/2025-91 |
| ÓRGÃO CONTRATANTE: | Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH |
| UASG: | 927996 |
| MODALIDADE: | PREGÃO |
| FORMA: | ELETRÔNICO |
| SRP: | [] SIM [X] NÃO |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO: | [X] MENOR PREÇO POR ITEM [] MENOR PREÇO POR LOTE [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE |
| MODO DE DISPUTA: | [X] ABERTO |
| VALOR DE CARÁTER SIGILOSO: | [X] SIM [] NÃO |
| VALOR ORÇADO: | [X] Valor Estimado [] Valor Máximo Aceitável [] Valor de Referência |
| PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021) | [X] SIM [] NÃO |
| INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA): | VALOR [R\$ 0,01] |
| INVERSÃO DE FASES: | [] SIM [X] NÃO |
| PROVEDOR: | Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/ |
| DATA DA ABERTURA: | 25/06/2026 |
| HORÁRIO DE BRASÍLIA: | 9h15min |
| PERÍODO DE RETIRADA: | 03/06/2026 à DATA DE ABERTURA |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO: | http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br |
| PREGOEIRO(A): | Greice Quele da Silva Braga |
| DECRETO NOMEAÇÃO: | Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, N.º. 14.233 de 27 de Março de 2026. |
| Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário. | |

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e capacitação, compreendendo a elaboração de planos de negócio e a realização de oficinas e treinamentos, em atendimento ao Convênio nº 916514.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Modelo de Proposta de Preços

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 2.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública**.
- 2.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.
- 2.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.
- 2.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 2.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 3.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:
- 3.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 3.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**
- 3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 3.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**.
- 3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 3.4. O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.7. O disposto nos itens **3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- ## 4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO
- 4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 4.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no [art. 148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).
- ## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#) ;
- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. **Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 6.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 6.5**.
- 6.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

7. DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
 - II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
 - III - divulgação do resultado da habilitação;
 - IV - disputa entre os licitantes habilitados;
 - V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
 - VI - divulgação do resultado do julgamento; e

7.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 8.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 8.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.
- 8.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 8.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 8.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 8.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 8.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **o, vedada a identificação do licitante**.
- 8.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 8.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 8.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.21.2. empresas brasileiras;
- 8.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 8.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 8.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 8.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 8.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 8.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.

- 8.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 8.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 8.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 8.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 8.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 8.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo III deste edital , no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 8.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 8.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 8.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 8.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 8.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 8.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 9.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 9.3. **Após a etapa de lances e negociação, o pregoeiro (a) suspenderá a sessão e apresentará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, ao técnico ou equipe técnica da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), responsáveis por analisar e expedir o competente parecer técnico sobre os materiais ofertados, o técnico ou equipe técnica deverá manifestar-se tecnicamente a desclassificação da licitante que não atender a especificação do edital.**
- 9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 9.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 9.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 9.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação ;
- 9.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 9.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Administração.
- 9.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 9.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 9.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 9.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 9.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 9.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 9.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 9.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 10.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 10.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira,

Qualificação Técnica:

- 10.3.1. **Habilitação Jurídica**
a) Contrato social ou instrumento equivalente.
- 10.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 10.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**
a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 10.3.4. **Qualificação Técnica**
a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 33 Termo de Referência - Anexo I, do edital.**
- 10.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.
- 10.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 10.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 10.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 10.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 10.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 10.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.
- 10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.
- 10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 10.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão .**
- 10.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.
- 10.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 10.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.
- 10.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

- 11.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.
- 11.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.
- 11.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.
- 11.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.
- 11.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.
- 11.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.
- 11.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de

02 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

11.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas esboçadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

12.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

12.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

12.3. A apreciação se dará em fase única; e

12.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

12.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

12.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

12.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

12.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

12.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

12.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

13.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

13.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

13.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

13.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.1. Não será permitida participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. Não se aplica.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será permitida a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

17. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

17.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

18. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

18.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

20. DO TERMO DE CONTRATO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo II deste Edital.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei nº 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

23.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

24.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

24.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

24.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

- 24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
- 24.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 24.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
- 24.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
- 24.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
- 24.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 24.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 24.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 24.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
- 24.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.
- 24.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.
- 24.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Kauã Borges Cunha
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **KAUÃ BORGES CUNHA, Cargo Comissionado**, em 02/06/2026, às 08:13, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021122141** e o código CRC **2204568A**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 90/2026/SEASDH - DIVCOMP

Processo nº 0860.016837.00063/2025-91

1. **DO ÓRGÃO**
 - 1.1. **Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)**, através da Assessoria Executiva de Indigenismo e Comunidades Tradicionais - ASSEICT.
2. **DO OBJETO**
 - 2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e capacitação, compreendendo a elaboração de planos de negócio e a realização de oficinas e treinamentos, em atendimento ao Convênio nº 916514.
3. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
 - 3.1. **Da referência ao estudo técnico preliminar**
 - 3.2. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.
 - 3.3. **Legislação que poderá ser aplicada ao objeto:**
 - 3.4. A presente contratação poderá ser realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com fundamento:
 - a) No art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que prevê o Pregão como modalidade licitatória para aquisição de bens e serviços comuns;
 - b) No art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, que define serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
 - c) No art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o Pregão deverá ser adotado sempre que o objeto possuir natureza comum;
 - 3.5. No Decreto Estadual nº 11.363/2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Estado do Acre e disciplina a realização do Pregão Eletrônico como regra para contratação de bens e serviços comuns.
 - 3.6. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada preferencialmente na modalidade **Pregão Eletrônico**, observado o rito previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023, assegurando-se a competitividade, economicidade e eficiência do procedimento.
 - 3.7. **Justificativa para NÃO Utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)**
 - 3.8. A presente contratação não será processada pelo Sistema de Registro de Preços, pelos seguintes motivos:
 - I - Trata-se de demanda específica e integralmente delimitada, vinculada ao Plano de Trabalho do Convênio nº 916514;
 - II - O objeto possui escopo definido, com execução previamente estruturada em etapas (planos de negócio, oficinas e treinamentos);
 - III - Não se trata de contratação de serviços de demanda futura e incerta;
 - IV - Não há necessidade de contratações sucessivas ou repetidas ao longo do tempo;
 - V - O planejamento orçamentário já contempla o valor global estimado da contratação.
 - 3.9. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o SRP é recomendado para contratações futuras, repetitivas ou de demanda incerta, o que não se verifica no presente caso.
 - 3.10. Dessa forma, mostra-se mais adequada a realização de Pregão Eletrônico com contratação integral, assegurando eficiência e correta execução do convênio.
4. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
 - 4.1. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, considerando os valores unitários apresentados, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.
5. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CUSTOS ESTIMADOS**
 - 5.0.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:
 - 5.1. **Cód. Órgão / Unidade Executora:** 760 / 001
 - 5.2. **Programa de Trabalho:** 1266.0000
 - 5.3. **Elemento de Despesa:** 3 3.90.39.00.00
 - 5.4. **Fonte de Recurso:** 1.665.3110
6. **DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO**
 - () Equipamento de Apoio
 - () Equipamento de TI
 - () Consultoria/Auditoria/Assessoria
 - () Despesa de Custeio
 - () Bens de Consumo
 - (x) Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica
 - () Material Permanente
7. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**
 - 7.1. As empresas participantes deverão apresentar, juntamente com a proposta de preços, plano de execução dos serviços, contendo a descrição detalhada da metodologia a ser adotada, de forma a demonstrar:
 - a) metodologia a ser aplicada;
 - b) cronograma de execução das atividades;
 - c) descrição das etapas dos serviços;
 - d) indicação da equipe técnica envolvida;
 - e) estratégias de adequação às especificidades culturais e territoriais do público-alvo;
 - 7.1.1. O plano de execução apresentado será analisado exclusivamente quanto ao atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, sendo vedado julgamento subjetivo.
 - 7.1.2. A desclassificação da proposta somente ocorrerá quando demonstrado, de forma objetiva e fundamentada, o não atendimento às exigências mínimas previstas para a execução do objeto.
 - 7.2. A descrição da metodologia terá caráter **meramente informativo e subsidiário**, não sendo objeto de pontuação, classificação ou julgamento técnico, destinando-se exclusivamente à verificação da compatibilidade da proposta com as exigências do Termo de Referência.
 - 7.3. A eventual inadequação da metodologia apresentada ensejará a desclassificação da proposta apenas quando evidenciado, de forma objetiva, o descumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, vedada qualquer forma de julgamento subjetivo.
 - 7.4. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula;
 - 7.5. Os serviços ofertados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, devendo a proposta conter descrição clara, detalhada e individualizada da execução do objeto.
 - 7.6. Na elaboração da proposta de preços, a licitante deverá considerar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, especialmente aqueles relacionados às condições logísticas da região amazônica, incluindo, mas não se limitando a:

- a) deslocamento terrestre, fluvial e/ou aéreo até as comunidades atendidas;
- b) custos com transporte de equipe e materiais;
- c) despesas com alimentação, hospedagem e permanência em campo;
- d) eventuais dificuldades de acesso decorrentes de localização remota.

7.7. A não consideração desses custos não poderá ser alegada posteriormente como justificativa para inadimplemento contratual.

7.8. Se houver **indícios de inexecução da proposta de preços**, ou necessidade de esclarecimentos complementares, a Administração deverá **promover diligências**, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, podendo adotar, no que couber, como referência, as diretrizes previstas no Anexo VII-A da IN nº 05/2017, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Em caso de apresentação de proposta com valores significativamente inferiores aos praticados no mercado, e não sendo a inexecução manifesta, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta, podendo ser exigida da licitante a apresentação de:

I – Justificativa formal acerca da formação do preço ofertado;

II – Planilha de composição de custos, contemplando, no mínimo:

- a) custos com mão de obra (instrutores, consultores e equipe técnica);
- b) encargos trabalhistas e previdenciários, quando aplicáveis;
- c) despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, quando houver;
- d) custos com materiais didáticos e insumos necessários à execução;
- e) despesas administrativas e operacionais;
- f) margem de lucro;

III – Documentos que comprovem a viabilidade da execução do objeto, tais como contratos, propostas comerciais, orçamentos ou outros elementos pertinentes.

7.10. Se a proposta apresentar valor significativamente inferior ao estimado pela Administração, inclusive inferior a parâmetros referenciais utilizados como indicativo de inexecução, será instaurado procedimento de diligência para que a licitante demonstre a viabilidade de execução do objeto, vedada a desclassificação automática, em observância ao art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Súmula 262).

7.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.12. Em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, **em se tratando de preços, deverá ser encaminhado para este órgão realizar as respectivas diligências.**

7.13. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, **inclusive aqueles decorrentes das condições logísticas específicas da região de execução.**

7.14. **Após a etapa de lances e negociação, o pregoeiro (a) suspenderá a sessão e apresentará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, ao técnico ou equipe técnica da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), responsáveis por analisar e expedir o competente parecer técnico sobre os materiais ofertados, o técnico ou equipe técnica deverá manifestar-se tecnicamente a desclassificação da licitante que não atender a especificação do edital.**

7.15. O prazo mínimo da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

8.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços técnicos especializados de consultoria, elaboração de planos de negócio e realização de oficinas e treinamentos, a serem executados conforme as condições, quantitativos e diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

8.2. A execução dos serviços deverá contemplar, no mínimo, os seguintes componentes:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. ESTIMADO | VALOR TOTAL |
|------|---|-----|-----|----------------------|-------------|
| 01 | <p>Contratação de empresa especializada para elaboração de planos de negócio voltados às atividades produtivas desenvolvidas por mulheres indígenas e comunidades tradicionais.</p> <p>Localidades: aldeias dos municípios de Tarauacá, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Santa Rosa, Porto Walter, Brasília, Sena Madureira e Mâncio Lima.</p> <p>Os planos de negócio deverão contemplar, no mínimo, elementos essenciais à estruturação e viabilidade dos empreendimentos, tais como:</p> <p>a) resumo executivo da proposta;</p> <p>b) análise de mercado, incluindo público-alvo, concorrência e potencial de crescimento;</p> <p>c) descrição do empreendimento, abrangendo missão, visão, valores, estrutura e produtos/serviços;</p> <p>d) estratégias de marketing e comercialização;</p> <p>e) planejamento operacional;</p> <p>f) estrutura organizacional e gestão;</p> <p>g) planejamento financeiro, incluindo estimativas de custos, receitas e indicadores de viabilidade.</p> <p><i>Para fins de padronização e garantia da qualidade técnica, a execução deverá observar as diretrizes e resultados esperados definidos no Termo de Referência, considerando, de forma orientativa, os Parâmetros Referenciais constantes do Item 09, os quais possuem caráter exemplificativo e não vinculante, sendo admitidas metodologias, técnicas e soluções equivalentes ou superiores, desde que assegurado o pleno atendimento aos objetivos da contratação e às necessidades das comunidades beneficiadas.</i></p> | UN | 01 | | |

| | | | | | |
|----|---|----|----|--|--|
| 02 | <p>Contratação de empresa especializada para ministrar oficinas e treinamentos de Marketing e Mídias Sociais para mulheres dos povos tradicionais e indígenas.</p> <p>Localidades: aldeias dos municípios de Tarauacá, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Santa Rosa, Porto Walter, Brasília, Sena Madureira e Mâncio Lima</p> <p>Conteúdo Mínimo:</p> <p>Módulo 1: Fundamentos da Comunicação e Narrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios da Comunicação: Explorar o processo comunicativo, importância da mensagem, público e canal • Técnicas de Storytelling: Construção de narrativas (jornada do herói, personagens, estrutura de três atos) • Identidade e Tom de Voz: Definição da voz da marca ou pessoal • Análise de Público-Alvo: Conhecimento da audiência e adaptação da mensagem <p>Módulo 2: Tecnologias de Audiovisual (Teoria e Prática)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos: Câmeras, áudio, iluminação • Conceitos Técnicos: Enquadramento, composição, movimentação de câmera • Edição de Vídeo e Áudio: Softwares, cortes, trilhas e correção de cores • Prática: Exercícios e análise de conteúdo <p>Módulo 3: Estratégias para Mídias Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ecossistema das plataformas, algoritmos, tipos de conteúdo • Planejamento e calendário editorial • Interação e engajamento <p>Módulo 4: Gerenciamento e Análise Estratégica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monetização e crescimento • Ferramentas de análise (Google Analytics e dashboards) • Ética e legislação <p>Projeto Final</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação prática do conteúdo • Pitch e apresentação <p><i>Para fins de padronização e garantia da qualidade técnica, a execução deverá observar as diretrizes e resultados esperados definidos no Termo de Referência, considerando, de forma orientativa, os Parâmetros Referenciais constantes do Item 09, os quais possuem caráter exemplificativo e não vinculante, sendo admitidas metodologias, técnicas e soluções equivalentes ou superiores, desde que assegurado o pleno atendimento aos objetivos da contratação e às necessidades das comunidades beneficiadas.</i></p> | UN | 01 | | |
|----|---|----|----|--|--|

| | | | | |
|-------------|---|----|----|--|
| 03 | <p>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, organização e execução de oficinas e treinamentos em produção de artesanato, com ênfase em técnicas de bijoias e trabalhos com miçangas, destinados a mulheres de povos indígenas e comunidades tradicionais, a serem realizados em localidades indicadas pela Administração.</p> <p>Localidades: em aldeias Assis Brasil, Brasília, Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Santa Rosa, Sena Madureira, Tarauacá e Mâncio Lima.</p> <p>CURSO DE BIJOIAS MÍNIMO</p> <p>Módulo 1: Fundamentos e Matéria-Prima Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos gerais de artesanato com materiais naturais; • Princípios de sustentabilidade e uso consciente dos recursos; • Identificação de materiais naturais disponíveis no contexto local; • Apresentação de ferramentas e equipamentos básicos. <p>Módulo 2: Preparação e Tratamento dos Materiais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de limpeza e preparação de matérias-primas; • Métodos de secagem e conservação; • Procedimentos de tratamento para aumento da durabilidade; • Técnicas de coloração e acabamento com diferentes abordagens. <p>Módulo 3: Design e Montagem de Peças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas básicas de corte, perfuração e manuseio de materiais; • Técnicas de montagem e estruturação de peças; • Noções de composição, design e criatividade; • Desenvolvimento de peças artesanais diversas. <p>Módulo 4: Acabamento e Empreendedorismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de acabamento e finalização; • Verificação de qualidade e resistência das peças; • Noções de apresentação e embalagem; • Introdução à comercialização e valorização do produto artesanal. <p>Serão 12 oficinas em produção de bijoias, para pelo menos 150 mulheres em Terras Indígenas: Mamoadate (Manchinere e Jaminawa, em Assis Brasil), Alto Tarauacá, Kaxinawá Seringal Independência (Jordão), e ainda nos municípios de Brasília, Feijó, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Santa Rosa e Mâncio Lima.</p> <p>CURSO DE ACESSÓRIOS COM MIÇANGA MÍNIMO</p> <p>Módulo 1: Conhecendo as Miçangas e Ferramentas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipos de insumos utilizados na confecção de acessórios; • Materiais de apoio para montagem das peças; • Ferramentas básicas e seu manuseio; • Organização e preparação dos materiais de trabalho. <p>Módulo 2: Técnicas Básicas de Montagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas iniciais de montagem de acessórios; • Produção de peças simples; • Fixação e utilização de fechos e estruturas; • Noções de combinação de cores e estilos. <p>Módulo 3: Pontos e Padrões de Tecelagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de tecelagem e estruturação de peças; • Desenvolvimento de padrões e formas; • Aplicação de diferentes métodos de montagem; • Produção de peças com maior nível de detalhamento. <p>Módulo 4: Acabamento e Venda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de acabamento e reforço estrutural; • Controle de qualidade das peças; • Noções de apresentação e divulgação dos produtos; • Introdução à precificação e comercialização. <p>Serão 19 oficinas da produção de artesanato em miçanga para pelo menos 250 mulheres indígenas nas Terras Indígenas: Campina/katukina (Cruzeiro do Sul), Alto Tarauacá, Kaxinawá Seringal Independência (Jordão), Alto Rio Purus (Madjá e Kaxinawa, Santa Rosa do Purus), Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu (Marechal Thaumaturgo), Arara do Igarapé Humaitá (Porto Walter), Rio Gregório e Igarapé do Caucho (Tarauacá) e ainda nos municípios de Assis Brasil, Brasília, Feijó, Sena Madureira e Mâncio Lima.</p> <p><i>Para fins de padronização e garantia da qualidade técnica, a execução deverá observar as diretrizes e resultados esperados definidos neste Termo de Referência, considerando, de forma orientativa, os Parâmetros Referenciais constantes do Item 09, os quais possuem caráter exemplificativo e não vinculante, sendo admitidas metodologias, técnicas e soluções equivalentes ou superiores, desde que assegurado o pleno atendimento aos objetivos da contratação e às necessidades das comunidades beneficiadas.</i></p> | UN | 01 | |
| VALOR TOTAL | | | | |

9. PARÂMETROS REFERENCIAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. Os parâmetros descritos neste item possuem caráter **orientativo e exemplificativo**, não configurando exigência de metodologia, técnica, ferramenta, marca ou modelo

específico.

9.2. A contratada poderá adotar metodologias próprias ou outras soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que assegure o atendimento aos objetivos da contratação e aos resultados esperados.

9.3. **Item 01 - Elaboração de planos de negócio voltados às atividades produtivas desenvolvidas por mulheres indígenas e comunidades tradicionais:**

Os serviços deverão conter, no mínimo:

Sumário Executivo

9.3.1. Deve ser escrito por último, depois de todo o plano estar pronto, e precisa ser um resumo conciso de todo o documento. Ele deve destacar a proposta de valor da empresa, os objetivos, as projeções financeiras e a equipe.

Análise de Mercado

9.3.2. Nesta seção, deve-se demonstrar que entende o mercado em que irá atuar. É fundamental incluir:

- **Tamanho do mercado:** Qual o tamanho do mercado-alvo e qual o potencial de crescimento?
- **Público-alvo:** Quem são os clientes ideais? Descreva-os em detalhes (demografia, comportamento, necessidades e problemas a serem resolvidos).
- **Análise da concorrência:** Quem são os concorrentes diretos e indiretos? Quais são os pontos fortes e fracos? O que a empresa fará de diferente para se destacar? Uma análise **SWOT** (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) para demonstrar graficamente ou outras metodologias equivalentes ou superiores.

Descrição da Empresa

9.3.3. Aqui são apresentados os fundamentos da sua empresa. Incluindo informações como:

- **Missão e visão:** O propósito da empresa e onde ela quer chegar.
- **Valores:** Os princípios que guiam a cultura e as decisões da empresa.
- **Estrutura jurídica:** Tipo de empresa (MEI, LTDA, S.A., etc.) e informações de registro.
- **Produtos e serviços:** Descreva detalhadamente o que é oferecido e qual o valor que isso agrega ao cliente.

Plano de Marketing e Vendas

9.3.4. Esta parte detalha como a empresa irá atrair e reter clientes. Deve cobrir:

- **Estratégia de produto:** O que torna os produtos indígenas um produto único? Como ele será desenvolvido ou melhorado ao longo do tempo?
- **Estratégia de preço:** Como se definirá o preço dos produtos ou serviços? (Ex: preço competitivo, preço de penetração, preço premium).
- **Estratégia de distribuição (Praça):** Onde e como os produtos/serviços serão vendidos? (Loja física, e-commerce, distribuidores, etc.).
- **Estratégia de promoção (Comunicação):** Como se irá divulgar seu negócio? (Marketing digital, publicidade, mídias sociais, etc.).

Plano Operacional

9.3.5. Aqui se descreve como o negócio funcionará no dia a dia. Inclua:

- **Processos:** Como os produtos serão fabricados ou os serviços entregues?
- **Fornecedores:** De onde virão as matérias-primas ou os insumos?
- **Localização:** A localização física da empresa é estratégica?
- **Equipamentos e tecnologia:** Quais ferramentas e tecnologias serão necessárias?

Plano de Gestão

9.3.6. Defina e Identifique a equipe por trás da ideia. Isso é crucial para investidores e parceiros.

- **Estrutura organizacional:** Um organograma que mostre a hierarquia e as responsabilidades.
- **Equipe de liderança:** Currículos e experiências dos principais membros da equipe. Mostre por que essa equipe é a mais qualificada para o projeto.
- **Recursos humanos:** Qual a necessidade de contratação/treinamento a curto e longo prazo?

Plano Financeiro

9.3.7. Esta é a espinha dorsal de um plano de negócios robusto. É essencial ter:

Investimento inicial: Quanto dinheiro será necessário para começar/manter?

Demonstrativos financeiros:

- **Projeção de fluxo de caixa:** Acompanha as entradas e saídas de dinheiro.
- **Demonstrativo do resultado do exercício (DRE):** Mostra se a empresa é lucrativa.
- **Balanco patrimonial:** Mostra a situação financeira da empresa em um determinado momento.

9.3.8. **Análise de ponto de equilíbrio (break-even):** Em que momento as receitas se igualam aos custos?

9.3.9. **Projeções de receitas e despesas:** Previsão de vendas e custos para os próximos 3 a 5 anos.

9.4. **ITEM 02 - Contratação de empresa especializada para ministrar oficinas e treinamentos de Marketing e Mídias Sociais para mulheres dos povos tradicionais e indígenas.**

9.4.1. *Os serviços deverão conter, no mínimo:*

Módulo 1: Fundamentos da Comunicação e Narrativa

- **Princípios da Comunicação:** Explorar o processo comunicativo, a importância da mensagem, do público e do canal.
- **Técnicas de Storytelling:** Ensinar como construir narrativas envolventes. Aborde a jornada do herói, a criação de personagens e a estrutura de três atos.
- **Identidade e Tom de Voz:** Ajude os participantes a definirem a voz da marca ou pessoal, garantindo consistência em todas as plataformas.
- **Análise de Público-Alvo:** Demonstre a importância de conhecer a audiência para adaptar a mensagem e o formato do conteúdo.

Módulo 2: Tecnologias de Audiovisual (Teoria e Prática)

Equipamentos:

- **Câmeras:** Explique os diferentes tipos (DSLR, Mirrorless, câmeras de celular) e como escolher a melhor opção para cada necessidade ou outras soluções tecnológicas equivalentes ou superiores,
- **Áudio:** Destaque a importância do som de qualidade. Aborde microfones (lapela, shotgun, condensador) e técnicas de captação.
- **Iluminação:** Apresente os conceitos básicos (luz de preenchimento, luz principal, luz de fundo) e o uso de equipamentos como ring lights e softboxes.

Conceitos Técnicos:

- **Enquadramento e Composição:** Ensine a regra dos terços, a profundidade de campo e como usar diferentes planos para transmitir emoções.
- **Movimentação de Câmera:** Demonstre movimentos como pan, tilt e zoom, e como utilizá-los de forma intencional.
- **Edição de Vídeo e Áudio:** Apresente softwares **CapCut**, focando em cortes, transições, trilhas sonoras e correção de cores ou apresentar outras ferramentas de edição de vídeo e áudio, contemplando recursos como cortes, transições, inserção de trilhas sonoras e ajustes básicos de imagem, admitindo-se o uso de quaisquer soluções tecnológicas equivalentes ou superior.

Prática:

- **Exercícios Práticos:** Proponha a gravação de pequenos vídeos (entrevistas, vlogs, tutoriais) para que os participantes apliquem os conceitos em tempo real.
- **Análise de Conteúdo:** Crie um ambiente de feedback para que os participantes possam analisar o trabalho uns dos outros.

Módulo 3: Estratégias para Mídias Sociais

- **Ecosistema das Plataformas:** Detalhe as características e o público de plataformas como **Instagram, TikTok, YouTube, Facebook, X e outros**.
- **Algoritmos e Métricas:** Explique como os algoritmos funcionam e a importância de analisar métricas como alcance, engajamento e taxa de conversão para otimizar o conteúdo.
- **Tipos de Conteúdo e Formatos:** Apresente os formatos específicos de cada plataforma (Reels, Stories, vídeos longos, carrosséis) e como adaptar o conteúdo para cada um deles.
- **Planejamento e Calendário Editorial:** Ensine a criar um plano de conteúdo, definir a frequência de posts e usar ferramentas de agendamento.
- **Interação e Engajamento:** Oriente sobre como responder a comentários, interagir com a comunidade e criar uma relação genuína com o público.

Módulo 4: Gerenciamento e Análise Estratégica

- **Monetização e Crescimento:** Aborde as diferentes formas de gerar receita (parcerias, produtos digitais, publicidade) e estratégias para crescer.
- **Ferramentas de Análise:** Apresente ferramentas como o **Google Analytics** e os dashboards nativos das redes sociais para monitorar o desempenho ou apresentar ferramentas de análise de desempenho digital, incluindo recursos para monitoramento de métricas, alcance e engajamento, podendo ser utilizados sistemas equivalentes ou superiores.
- **Ética e Legislação:** Discuta a importância da ética no uso de imagens, direitos autorais e as leis de proteção de dados.

Projeto Final:

- **Aplicação Prática:** Solicite que os participantes desenvolvam e executem um projeto completo, desde a concepção da ideia até a publicação e análise dos resultados.
- **Pitch e Apresentação:** Peça que apresentem o projeto final, justificando as escolhas e mostrando o aprendizado.

9.5. ITEM 03 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, organização e execução de oficinas e treinamentos em produção de artesanato, com ênfase em técnicas de bijoias e trabalhos com miçangas, destinados a mulheres de povos indígenas e comunidades tradicionais, a serem realizados em localidades indicadas pela Administração.

9.5.1. CURSO DE BJOIAS

9.5.2. *Os serviços deverão conter, no mínimo:*

Módulo 1: Fundamentos e Matéria-Prima Sustentável

- **Conceito de Bjoia:** O que é bjoia e sua importância para o artesanato e o meio ambiente.
- **Coleta Responsável:** Métodos e princípios para a coleta sustentável de sementes, fibras, madeiras e outros elementos naturais.
- **Identificação de Materiais:** Reconhecimento das principais espécies e materiais da flora local utilizados na produção de bjoias.
- **Ferramentas e Equipamentos:** Apresentação e manuseio de ferramentas básicas para a produção de peças.

Módulo 2: Preparação e Tratamento dos Materiais

- **Limpeza e Secagem:** Técnicas para higienizar e preparar sementes, folhas e outros materiais.
- **Tratamento e Conservação:** Métodos de tratamento para garantir a durabilidade e o brilho dos materiais, como polimento, impermeabilização e selagem.
- **Tingimento e Pintura Natural:** Exploração de técnicas para tingir ou colorir os materiais usando pigmentos naturais.

Módulo 3: Design e Montagem de Peças

- **Técnicas de Furo e Corte:** Como furar sementes e cortar madeiras de forma segura e precisa.
- **Trançado e Entremeio:** Aprendizagem de técnicas de trançado com fibras e montagem de peças com miçangas.
- **Montagem de Bijuterias:** Criação de diferentes tipos de peças (colares, brincos, pulseiras) combinando os materiais preparados.
- **Processos Criativos:** Exercícios de design para criar peças originais, usando a inspiração na natureza.

Módulo 4: Acabamento e Empreendedorismo

- **Finalização e Qualidade:** Técnicas de acabamento, como nós de arremate e fixação de fechos, para garantir a qualidade e resistência da bjoia.
- **Embalagem Sustentável:** Dicas para criar embalagens que valorizem o produto e reforcem a proposta de sustentabilidade.
- **Marketing e Comercialização:** Noções básicas de como precificar, divulgar e vender as peças em feiras, redes sociais e outros canais.
- Serão 12 oficinas em produção de bjoias, para pelo menos 150 mulheres em Terras Indígenas: Mamoade (Manchinere e Jaminawa, em Assis Brasil), Alto Tarauacá, Kaxinawá Seringal Independência (Jordão), e ainda nos municípios de Brasília, Feijó, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Santa Rosa.

CURSO DE ACESSÓRIOS COM MIÇANGA

9.5.3. *Os serviços deverão conter, no mínimo:*

Módulo 1: Conhecendo as Miçangas e Ferramentas

- **Tipos de Miçangas:** Apresentação dos diferentes tipos de miçangas (jablonex, de vidro, acrílico, etc.), seus tamanhos e formatos.
- **Materiais de Apoio:** Identificação e uso de linhas, fios, agulhas e fechos mais adequados para cada tipo de acessório.
- **Ferramentas Essenciais:** Apresentação e manuseio de ferramentas como alicates e tesouras.
- **Preparação do Material:** Dicas para organizar o material de forma a facilitar o processo de criação.

Módulo 2: Técnicas Básicas de Montagem

- **Técnica de Colar:** Criação de colares simples usando a técnica de enfiar as miçangas, com nós de arremate e fixação de fechos.
- **Técnica de Pulseira:** Montagem de pulseiras com fio de silicone ou outros materiais elásticos.

- **Técnica de Brincos:** Criação de brincos com pinos e ganchos, utilizando diferentes designs.
- **Combinação de Cores e Padrões:** Noções básicas de como combinar cores para criar peças harmoniosas.

Módulo 3: Pontos e Padrões de Tecelagem

- **Ponto Peiotte (Peyote Stitch):** Introdução à tecelagem de miçangas. Criação de padrões planos e tubulares.
- **Ponto Tijolo (Brick Stitch):** Aprenda a criar formas e desenhos usando esse ponto.
- **Ponto Chevron e Ziguezague:** Técnicas para criar peças com padrões mais elaborados, usando a variação de pontos.
- **Criação de Peças com Padrões:** Prática da aplicação dos pontos aprendidos para criar pulseiras e acessórios únicos.

Módulo 4: Acabamento e Venda

- **Finalização Profissional:** Técnicas de acabamento que garantem a durabilidade e resistência das peças.
- **Controle de Qualidade:** Dicas para revisar as peças e garantir que estão em perfeitas condições para venda.
- **Fotografia e Divulgação:** Como fotografar os produtos de forma atrativa para divulgação em redes sociais e plataformas de venda.
- **Precificação e Venda:** Noções básicas de como calcular o preço das peças e canais de comercialização.

9.5.4. Serão 19 oficinas da produção de artesanato em miçanga para pelo menos 250 mulheres indígenas nas Terras Indígenas: Campina/katukina (Cruzeiro do Sul), Alto Tarauacá, Kaxinawá Seringal Independência (Jordão), Alto Rio Purus (Madijá e Kaxinawa, Santa Rosa do Purus), Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu (Marechal Thaumaturgo), Arara do Igarapé Humaitá (Porto Walter), Rio Gregório e Igarapé do Caucho (Tarauacá) e ainda nos municípios de Assis Brasil, Brasília, Feijó e Sena Madureira.

9.5.5. A indicação de exemplos de técnicas, ferramentas ou metodologias neste Termo de Referência tem caráter meramente ilustrativo, não implicando em direcionamento, sendo admitidas soluções equivalentes ou superiores, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

10. DOS RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE DESEMPENHO

10.1. A execução contratual deverá observar os resultados e metas estabelecidos no Plano de Trabalho do Convênio nº 916514, especialmente quanto ao atendimento do público-alvo e à realização das ações previstas.

I - ATENDIMENTO AO PÚBLICO-ALVO

- Deverá ser assegurado o atendimento de até **400 (quatrocentas) mulheres indígenas**, conforme previsto no Plano de Trabalho;
- A distribuição das participantes deverá respeitar as localidades e comunidades previstas no convênio.

II - EXECUÇÃO DAS OFICINAS E CAPACITAÇÕES

- Deverão ser realizadas oficinas e atividades formativas em quantidade e abrangência suficientes para atender integralmente o público-alvo previsto;
- As oficinas deverão contemplar, no mínimo:

- capacitação em produção artesanal (bijóias e miçangas);
- capacitação em gestão e comercialização;

- Cada atividade deverá possuir, no mínimo:

- lista de presença
- registro fotográfico e/ou audiovisual
- comprovação documental da execução

III - PLANOS DE NEGÓCIO / ASSESSORIA

- A contratada deverá elaborar planos de negócio ou prestar assessoria compatível com as ações previstas no convênio;
- Os produtos deverão ser compatíveis com os objetivos de geração de renda e fortalecimento econômico das participantes.

IV - INDICADORES DE QUALIDADE

- Execução conforme metodologia aprovada;
- Adequação às especificidades culturais do público indígena;
- Validação técnica pela equipe da contratante.

V - MONITORAMENTO E COMPROVAÇÃO

- A execução será comprovada por meio de:
 - relatórios técnicos periódicos;
 - listas de presença;
 - registros fotográficos e audiovisuais;
 - demais documentos exigidos para prestação de contas do convênio.

11. DA JUSTIFICATIVA

11.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, elaboração de planos de negócio e realização de oficinas e treinamentos justifica-se pela necessidade de execução das ações previstas no Convênio nº 916514, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

11.2. A demanda decorre da insuficiência de capacitação técnica das beneficiárias, especialmente em gestão, comercialização e produção artesanal, o que compromete sua inserção produtiva e autonomia econômica, exigindo suporte técnico especializado.

11.3. A solução mostra-se indispensável para o cumprimento das metas pactuadas, não sendo viável a execução direta pela Administração, em razão da ausência de estrutura e equipe técnica adequada.

11.4. A contratação atende ao interesse público ao promover inclusão produtiva, geração de renda e desenvolvimento sustentável, estando em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos princípios da eficiência, planejamento e vantajosidade.

11.5. Diante da natureza de serviço comum, a contratação deverá ocorrer por meio de Pregão Eletrônico, não se aplicando o Sistema de Registro de Preços, em razão do caráter específico e previamente definido da demanda.

11.6. A fundamentação detalhada encontra-se no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, documento que embasa este Termo de Referência.

11.7. O planejamento desta contratação está acompanhado de análise de riscos, registrada em documento próprio (SEI nº 0019972126), contendo a identificação de riscos, ações preventivas e contingências.

12. DA NATUREZA DO OBJETO

12.1. O objeto a ser contratado possui padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, **como bem comum**, nos termos do que dispõem o inciso XIII do art. 6º, da Lei 14.133/2021 e inciso XXXVIII, art. 2º do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

12.2. O objeto está em consonância ao Acórdão 1287/2008 Plenário (Sumário) *“Bem ou serviço comum é aquele que pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O conceito de material comum não está necessariamente ligado a sua complexidade.”*

12.3. O jurista Marçal Justen Filho apresenta o entendimento que *“bem ou serviços comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são amplas a satisfazer as necessidades da Administração Pública”* (in Pregão - Comentários à Legislação do Prestígio Comum e Eletrônico, 5ª Ed, São Paulo:

12.4. No que diz respeito à padronização e metodologia referente aos materiais, reiteramos que os bens/serviços, devido à padronização existente no mercado, atendem a métodos e técnicas conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

12.5. Por fim, o objeto não se enquadra como sendo bem de luxo.

13. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

13.1. Em consonância ao inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, a escolha da solução como um todo tem como justificativa os seguintes fatores:

a) **Viabilidade Técnica e Orçamentária:** A solução escolhida consiste na contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de consultoria, elaboração de planos de negócio e realização de oficinas e treinamentos, considerando a necessidade de atendimento às metas do Convênio nº 916514. A escolha observa a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, estando compatível com a dotação orçamentária prevista.

b) **Sustentabilidade e Durabilidade:** A solução atende integralmente à demanda de fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas, por meio de capacitação técnica, estímulo ao empreendedorismo e valorização da produção artesanal, conforme previsto no Plano de Trabalho.

c) **Atendimento aos Padrões Técnicos e Normativos:** Os serviços deverão observar metodologias compatíveis com o público-alvo, respeitando as especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades indígenas e tradicionais, garantindo efetividade na execução das ações.

d) **Eficiência e Continuidade do Serviço Público** – A contratação permitirá a execução estruturada de oficinas e treinamentos, promovendo geração de renda, autonomia econômica e fortalecimento social das beneficiárias, contribuindo para a implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

e) **Modalidade de Contratação Adequada** – A utilização do Pregão Eletrônico mostra-se adequada por se tratar de serviços comuns, possibilitando maior competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

13.2. Os serviços poderão ser executados de forma **independente entre si**, admitindo-se a contratação de diferentes fornecedores para cada item, sem prejuízo da qualidade ou dos resultados esperados.

13.3. Por se tratar de prestação de serviços, não há incorporação de bens permanentes que demandem manutenção continuada.

13.4. Entretanto, os resultados da contratação deverão ser sustentados por meio de políticas públicas e ações futuras da Administração, garantindo a continuidade das iniciativas de capacitação, apoio ao empreendedorismo e fortalecimento das atividades produtivas nas comunidades atendidas.

13.5. A solução adotada considera o **parcelamento do objeto**, tendo em vista que os serviços possuem naturezas distintas e podem ser executados de forma autônoma, permitindo maior competitividade e a participação de empresas especializadas.

13.6. Caberá à Administração a coordenação técnica e a integração metodológica das atividades executadas pelos diferentes contratados, garantindo a padronização das ações, a compatibilidade entre as entregas e a unidade dos resultados pretendidos, considerando a natureza complementar dos serviços contratados.

13.7. A fundamentação detalhada sobre a descrição da solução como um todo está presente no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**.

14. DA LOCALIDADE ONDE SE REALIZARÁ A LICITAÇÃO

14.1. O processo licitatório deverá ocorrer em Rio Branco/AC, na sede da Secretaria Adjunta de Licitações do Acre, sito à Estrada do Aviário, nº 927, Bairro Aviário, CEP: 69.900-830 – Fone (68) 3215-4600.

15. DO QUANTITATIVO

15.1. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência foram estimados com base no plano de trabalho vinculado ao Convênio nº 916514, considerando a demanda necessária para o cumprimento das metas estabelecidas.

15.2. A contratação deverá observar tais quantitativos como referência para a execução do objeto, podendo haver ajustes durante a execução contratual, desde que devidamente justificados e dentro dos limites legais.

15.3. Ressalta-se que os quantitativos foram definidos com base em critérios técnicos e operacionais constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP, visando assegurar a adequada prestação dos serviços e a efetividade das ações planejadas.

16. DO LOCAL DE EXECUÇÃO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

16.1. A execução do objeto ocorrerá no âmbito do Estado do Acre, abrangendo aldeias indígenas, comunidades tradicionais e áreas urbanas, conforme previsto no Convênio nº 916514.

16.2. As atividades serão realizadas nos municípios de Porto Walter, Feijó, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Santa Rosa do Purus, Jordão, Tarauacá, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Sena Madureira e Brasília, incluindo Terras Indígenas e demais localidades indicadas pela Administração.

16.3. Considerando as especificidades geográficas da região, a execução poderá ocorrer em áreas de difícil acesso, incluindo deslocamentos terrestres e fluviais, sendo de inteira responsabilidade da contratada o planejamento e a execução da logística necessária ao cumprimento das atividades.

16.4. A definição exata dos locais, datas e horários das ações será realizada pela contratante, conforme cronograma físico de execução do projeto, podendo sofrer ajustes conforme a necessidade administrativa e as condições locais.

16.5. Os produtos decorrentes da execução contratual deverão ser entregues conforme as etapas, metas e prazos estabelecidos no Convênio nº 916514 e no cronograma definido pela Administração.

16.6. Consideram-se produtos da contratação, entre outros:

- Planos de negócio elaborados;
- Relatórios técnicos das atividades realizadas;
- Registros das oficinas e treinamentos (listas de presença, registros fotográficos e/ou audiovisuais);
- Materiais pedagógicos e conteúdos utilizados nas capacitações;
- Resultados das oficinas de capacitação e treinamentos realizados.

16.7. As atividades presenciais deverão ser executadas diretamente nas comunidades e localidades atendidas, com acompanhamento e validação por representante designado pela contratante.

16.8. Os produtos de natureza técnica e documental poderão ser entregues em formato digital, por meio eletrônico, ou físico, conforme orientação da Administração.

16.9. Quando houver fornecimento de materiais, insumos ou equipamentos necessários à execução das atividades, estes deverão ser entregues nos locais indicados pela contratante, garantindo-se sua integridade, qualidade e adequação ao uso previsto.

16.10. O recebimento dos produtos será realizado mediante verificação do cumprimento integral das exigências contratuais, podendo a Administração solicitar ajustes ou complementações antes da aceitação definitiva.

17. PRAZO DE EXECUÇÃO, ENTREGA DOS PRODUTOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

17.1. A execução do objeto será realizada de forma **estruturada em etapas**, conforme cronograma físico a ser definido pela Administração no Termo de Referência, observadas as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

17.2. O prazo para início da execução dos serviços será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Contratante.

17.2.1. Dentro desse prazo, a contratada deverá apresentar **Plano de Mobilização Inicial**, contendo, no mínimo:

- planejamento logístico para deslocamento às localidades de execução;
- cronograma preliminar das atividades;
- composição e organização da equipe técnica;
- identificação dos recursos materiais e operacionais necessários;
- estratégia de execução nas localidades, considerando suas especificidades geográficas e culturais.

17.3. A contratada deverá assegurar os meios logísticos necessários à execução dos serviços, inclusive quanto ao deslocamento às comunidades atendidas, não sendo admitida a interrupção ou prejuízo das atividades por insuficiência de planejamento logístico

17.3.1. O início efetivo das atividades ficará condicionado à validação do Plano de Mobilização pela Contratante, que verificará sua compatibilidade com o cronograma físico e com as diretrizes do projeto.

17.3.2. O prazo previsto no item 16.2 poderá ser ajustado mediante justificativa da contratada e anuência da Administração, especialmente em razão de fatores logísticos, acesso às

comunidades e condições operacionais da região.

17.4. O não cumprimento injustificado do prazo de início da execução poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no instrumento contratual.

17.5. A execução deverá ocorrer nas localidades indicadas pela Administração, inclusive em áreas de difícil acesso, devendo a contratada assegurar a plena realização das atividades de consultoria, capacitação, oficinas e treinamentos, conforme especificações técnicas estabelecidas.

Da Entrega dos Produtos

17.6. Os produtos decorrentes da execução contratual deverão ser entregues conforme as etapas previstas no cronograma físico, compreendendo, no mínimo:

- a) Planos de negócio elaborados;
- b) Relatórios técnicos das atividades realizadas;
- c) Registros das oficinas e capacitações (listas de presença, registros fotográficos e/ou audiovisuais);
- d) Materiais didáticos utilizados;

17.7. Relatórios de resultados e evidências da execução.

17.8. Os produtos poderão ser apresentados em formato físico e/ou digital, conforme definido pela Administração, sendo submetidos à análise e validação pelo fiscal do contrato.

Critérios de Aceitação

17.9. Somente serão aceitos os serviços e produtos que estiverem em conformidade com:

- a) As especificações constantes no Termo de Referência;
- b) O Estudo Técnico Preliminar;
- c) O Plano de Trabalho do Convênio;
- d) A proposta apresentada pela contratada.

17.10. Os serviços deverão ser executados com observância às metodologias adequadas ao público-alvo, respeitando as especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades atendidas.

Do Recebimento

17.11. Os serviços serão recebidos:

I – Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, após a entrega de cada etapa ou produto, para verificação da conformidade com as especificações contratuais;

II – Definitivamente, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade técnica, consistência dos produtos entregues e cumprimento integral das obrigações contratuais.

Da Rejeição e Correções

17.12. Os serviços ou produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo a contratada:

- a) Corrigir, complementar ou refazer os serviços no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação;
- b) Arcar com todos os custos decorrentes das correções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Disposições Gerais

- c) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos serviços prestados;
- d) A contratada será responsável por toda a logística necessária à execução dos serviços, incluindo deslocamento de equipe, transporte, materiais e insumos;
- e) Eventuais atrasos deverão ser formalmente justificados e previamente comunicados à Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023;
- f) A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual caberão ao(s) fiscal(is) designado(s) pela Administração.

18. SUSTENTABILIDADE

18.1. Em consonância com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), esta contratação adotará diretrizes de sustentabilidade, priorizando a aquisição de produtos e serviços que minimizem impactos ambientais. Isso inclui:

- a) Utilização de práticas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais;
- b) Incentivo ao uso de materiais de baixo impacto ambiental nas oficinas;
- c) Redução de resíduos gerados durante a execução dos serviços;
- d) Respeito aos conhecimentos tradicionais e valorização da cultura indígena;
- e) Observância da legislação ambiental vigente, quando aplicável.

19. DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA

19.1. Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços comuns, a Administração realizará, em relação à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, a verificação da compatibilidade da proposta apresentada com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. A análise terá caráter **estritamente objetivo**, destinando-se exclusivamente a verificar a aderência da proposta às especificações do objeto, vedada qualquer forma de julgamento subjetivo, pontuação ou classificação técnica entre as propostas.

19.3. Elementos para verificação

19.4. A licitante deverá apresentar, quando solicitado, os seguintes elementos:

- a) descrição da metodologia de execução dos serviços;
- b) planejamento das etapas de execução;
- c) cronograma das atividades;
- d) indicação da equipe técnica;
- e) demonstração da capacidade operacional para execução do objeto.

19.5. Critérios de aceitabilidade

19.6. A proposta será considerada **ACEITA** quando:

- a) estiver em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- b) demonstrar viabilidade de execução do objeto;
- c) apresentar coerência mínima entre as etapas, prazos e recursos informados;
- d) evidenciar capacidade de atendimento ao público-alvo e às condições de execução.

19.7. Hipóteses de desclassificação

19.8. A proposta será desclassificada quando:

- a) apresentar incompatibilidade com o objeto da contratação;
- b) demonstrar inviabilidade de execução;
- c) deixar de apresentar informações essenciais que impeçam a verificação da conformidade;
- d) não atender às exigências mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

19.9. Esclarecimentos

19.10. A Administração poderá solicitar esclarecimentos ou complementações, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta, nos termos

da legislação vigente.

19.11. Disposições Gerais

- a) A verificação de compatibilidade não implica julgamento por técnica e preço;
- b) Não haverá atribuição de notas, pontuação ou classificação técnica;
- c) O procedimento observará os princípios da isonomia, objetividade e seleção da proposta mais vantajosa.

20. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 20.1. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente contratação.
- 20.2. A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto, que exige execução integrada, padronização metodológica e coordenação centralizada das atividades de consultoria, capacitação e treinamentos, a serem realizadas em diversas localidades, inclusive em áreas de difícil acesso.
- 20.3. A participação de empresas em consórcio poderia comprometer:
- 20.4. A uniformidade na execução dos serviços;
- a) A padronização das metodologias aplicadas;
 - b) A eficiência na gestão contratual;
 - c) O controle e a fiscalização pela Administração.
- 20.5. Ademais, verifica-se a existência de empresas no mercado com capacidade técnica e operacional suficiente para a execução integral do objeto, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

21. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 21.1. É admitida a alteração subjetiva da contratada, decorrente de fusão, cisão ou incorporação, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
- a) a nova pessoa jurídica comprove o atendimento a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) sejam mantidas as condições estabelecidas no contrato, inclusive quanto ao objeto, preços e prazos;
 - c) não haja prejuízo à execução do objeto contratado;
 - d) haja anuência prévia e expressa da Administração quanto à continuidade da execução contratual.
- 21.2. Parágrafo único. A alteração de que trata o caput deverá ser formalmente comunicada à Administração, acompanhada da documentação comprobatória pertinente, cabendo ao gestor do contrato avaliar a regularidade da operação e deliberar sobre sua aceitação.

22. DO PAGAMENTO

- 22.1. O pagamento dos bens efetivamente entregues será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições.
- 22.2. O pagamento ficará condicionado à comprovação da execução das atividades e do atendimento ao público-alvo previsto no Plano de Trabalho.
- 22.3. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 22.4. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:
- I - Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);
 - III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);
 - IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
 - V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
 - VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;
 - VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;
 - VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.
- 22.5. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
- a) Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, localizada na Avenida Nações Unidas nº 2.731, bairro: Estação Experimental, cidade de Rio Branco/Acre – CEP. 69.918- 172.
 - b) CNPJ nº 33.863.850/0001-72, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.
- 22.6. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 22.7. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passaram entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 22.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
- $EM = N \times VP \times I / 365$, onde:
- EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
- N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso; e
- I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.
- 22.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEASDH, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.
- 22.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 22.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
- 22.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
- 22.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 22.14. **Antecipação de pagamento**
- a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.

23. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 23.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja necessidade para a conclusão do objeto e justificativa da Administração.

23.2. A vigência contratual deverá ser suficiente para a execução integral dos serviços, observando o cronograma físico estabelecido no Termo de Referência e as etapas previstas no Estudo Técnico Preliminar.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. A Contratada obriga-se a:

24.2. Assinar o contrato no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021;

24.3. Executar os serviços conforme as especificações constantes no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e em sua proposta, observando o cronograma físico estabelecido pela Administração;

24.4. Realizar as atividades de consultoria, capacitação, oficinas e treinamentos nas localidades indicadas pela Contratante, inclusive em áreas de difícil acesso, garantindo a qualidade e a efetividade da execução;

24.5. Disponibilizar equipe técnica qualificada, com experiência compatível com o objeto, responsabilizando-se integralmente pela execução dos serviços;

24.6. Apresentar, nos prazos estabelecidos, os produtos decorrentes da execução contratual, tais como planos de negócio, relatórios técnicos, registros das atividades e demais entregas previstas;

24.7. Responsabilizar-se por toda a logística necessária à execução dos serviços, incluindo deslocamento de equipe, transporte, materiais, equipamentos e insumos;

24.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

24.9. Comunicar formalmente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, bem como eventuais atrasos, apresentando a devida justificativa;

24.10. Atender prontamente às solicitações e determinações da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários;

24.11. Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações solicitadas;

24.12. Corrigir, complementar ou refazer, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os serviços ou produtos que apresentarem inconsistências ou não atenderem às especificações contratuais;

24.13. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

24.14. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

24.15. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

24.16. Respeitar as normas de acesso, segurança e conduta estabelecidas pela Contratante, quando da execução das atividades;

24.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia autorização da Administração;

24.18. Manter atualizados seus dados cadastrais e de seus representantes durante toda a execução contratual;

24.19. Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, boas práticas profissionais e diretrizes de sustentabilidade previstas na legislação vigente e no Termo de Referência.

25. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

25.1. O Contratante obriga-se a:

25.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor(es) ou comissão especialmente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

25.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato, o Termo de Referência e a proposta apresentada;

25.4. Proporcionar as condições necessárias para a execução dos serviços, inclusive quanto ao acesso às informações, às localidades e ao apoio institucional necessário;

25.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à adequada execução do objeto;

25.6. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas, irregularidades ou inconsistências verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas;

25.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou produtos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas;

25.8. Acompanhar a entrega dos produtos decorrentes da execução contratual, tais como relatórios, planos de negócio, registros das atividades e demais entregas previstas;

25.9. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à execução dos serviços, após a verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

25.10. Efetuar o pagamento à Contratada, conforme os prazos e condições estabelecidos no Edital e no contrato, após o ateste da execução dos serviços;

25.11. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, em caso de descumprimento contratual;

25.12. ManIFESTAR-se formalmente nos processos administrativos relacionados à execução contratual, especialmente quanto à aplicação de penalidades, alterações e eventuais prorrogações;

25.13. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais repactuações, reajustes e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabíveis;

25.14. Verificar, por ocasião do pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

25.15. Manter registro formal das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

25.16. Disponibilizar, quando aplicável, a ordem cronológica de pagamentos em seu sítio eletrônico, nos termos da legislação vigente;

25.17. Responder pelos atos praticados no âmbito da gestão e fiscalização contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

26. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

26.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

26.2. As alterações quantitativas deverão ser previamente justificadas pela Administração, com a devida demonstração de sua necessidade, observando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

26.3. Os acréscimos e supressões serão formalizados por meio de termo aditivo, respeitadas as condições originalmente pactuadas.

27. DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

27.1. **Reajuste:**

27.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **01 (um) ano**, contado da data limite para apresentação das propostas.

27.3. Decorrido o interregno mínimo de 01 (um) ano, e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão ser reajustados, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

27.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

27.5. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, aquele que vier a ser definido pela legislação vigente ou, na sua ausência, outro índice oficial acordado entre as partes, mediante termo aditivo.

27.6. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

27.7. **Revisão:**

27.8. A revisão dos preços contratuais poderá ser concedida, a qualquer tempo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução do objeto.

27.9. A solicitação de revisão deverá ser formalmente apresentada pela Contratada, acompanhada de documentação comprobatória e demonstração analítica do impacto nos custos da execução dos serviços.

27.10. A análise do pedido de revisão será realizada pela Administração, mediante avaliação técnica e jurídica, podendo ser subsidiada por pesquisa de mercado.

27.11. Os efeitos financeiros da revisão serão devidos a partir da data do protocolo do pedido, ou da ocorrência do fato gerador, desde que devidamente comprovado.

27.12. Durante a análise do pedido de revisão, a Contratada deverá dar continuidade à execução dos serviços, não podendo interrompê-los sob alegação de desequilíbrio econômico-financeiro.

27.13. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais após a data de apresentação da proposta, que impactem comprovadamente os custos do contrato, ensejarão a revisão dos preços, para mais ou para menos, conforme o caso.

- 27.14. A revisão contratual será formalizada por meio de termo aditivo, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 28. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**
- 28.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, observando-se o interesse público e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- 28.2. As alterações contratuais poderão ocorrer nas seguintes situações:
- I - **unilateralmente pela Administração:**
- a) Quando houver necessidade de modificação das especificações dos serviços, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação;
- b) Quando necessária a alteração do valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, nos limites estabelecidos na legislação vigente.
- II - **por acordo entre as partes:**
- 28.3. As alterações contratuais poderão ocorrer por acordo entre as partes, nas seguintes hipóteses:
- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em razão de verificação técnica da inadequação das condições originalmente pactuadas;
- c) Quando necessária a alteração da forma de pagamento, em decorrência de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente execução dos serviços;
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em caso de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, que impactem a execução contratual.
- 28.4. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, devidamente justificado e aprovado pela autoridade competente.
- 28.5. Deverá ser assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a observância das condições originalmente pactuadas, no que couber.
- 29. DAS ALTERAÇÕES DE PREÇO**
- 29.1. Os preços contratados poderão ser alterados, durante a vigência do contrato, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e comprovadas.
- 29.2. A alteração dos preços poderá ocorrer para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução do objeto, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da referida Lei.
- 29.3. Também poderá haver redução dos preços contratados, quando verificada a diminuição dos custos de mercado, mediante negociação entre as partes, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 29.4. Na hipótese de solicitação de revisão por parte da Contratada, esta deverá apresentar justificativa formal, acompanhada de documentação comprobatória e demonstração analítica da variação dos custos que impactem a execução do contrato.
- 29.5. A Administração analisará o pedido de alteração de preços, mediante avaliação técnica e jurídica, podendo, para tanto, realizar pesquisa de mercado.
- 29.6. Caso não seja comprovada a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, o pedido será indeferido, devendo a Contratada manter a execução do contrato nas condições inicialmente pactuadas.
- 29.7. As alterações de preço deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 30. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**
- 30.0.1. A gestão e a fiscalização do Contrato serão efetuadas por servidores designados da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 ou art. 16 e 17 do Decreto Estadual 11.363/2023 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.
- 30.0.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscais do contrato, titulares e substitutos, formalmente designados, competindo-lhes o acompanhamento da execução dos serviços, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a adoção das medidas corretivas cabíveis.
- 30.1. Fiscal do Contrato**
- 30.2. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 30.3. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 30.4. Avaliar a qualidade dos serviços executados e dos produtos entregues, tais como relatórios, planos de trabalho e demais entregas previstas;
- 30.5. Atestar, em documento hábil, a prestação dos serviços, após conferência prévia do objeto contratado;
- 30.6. Controlar a efetividade e eficácia da execução dos serviços em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 30.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em instrumento próprio;
- 30.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato prazo razoável para medida saneadora;
- 30.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 30.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;
- 30.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços, que deverá ser instruído com registros e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 30.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, verificando se estão sendo realizados conforme as condições pactuadas;
- 30.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 30.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 30.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas;
- 30.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais glosas ou ajustes nos valores devidos, quando houver inexecução total ou parcial dos serviços;
- 30.17. Cientificar o gestor do contrato e o Ordenador de Despesas sobre a possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 30.18. Realizar, juntamente com a Contratada, o acompanhamento das etapas executadas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 30.19. Reportar-se ao preposto da Contratada, não devendo dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 30.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 30.21. Controlar a execução dos serviços, aprovando somente as etapas efetivamente concluídas;
- 30.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidades que devam ser sanadas;
- 30.23. Sugerir a aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual;
- 30.24. Representar às autoridades competentes sobre eventual prática de ato ilícito de que tenha conhecimento.
- 30.25. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 30.26. Gestor do Contrato**
- 30.27. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 30.28. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 30.29. Gerenciar o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 30.30. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais, com qualidade e em conformidade com a legislação vigente;
- 30.31. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para adoção das providências cabíveis;
- 30.32. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua competência;
- 30.33. Analisar as ocorrências apontadas pelo fiscal, inclusive quanto à necessidade de glosas ou ajustes financeiros;

- 30.34. Encaminhar formalmente as demandas à Contratada por meio de ordens de serviço ou instrumentos equivalentes;
- 30.35. Repassar ao Fiscal todas as informações e documentos necessários à fiscalização;
- 30.36. Dar publicidade e manter atualizados os dados do contrato nos sistemas administrativos;
- 30.37. Acompanhar a vigência contratual, adotando providências para prorrogação ou encerramento;
- 30.38. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
- 30.39. Encaminhar ao responsável as questões que ultrapassem sua competência;
- 30.40. Providenciar, sempre por escrito, esclarecimentos ou suporte técnico quando necessário;
- 30.41. Alimentar os sistemas de transparência e gestão contratual com as informações pertinentes;
- 30.42. Negociar condições contratuais, quando necessário e permitido por lei;
- 30.43. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas sobre a execução contratual;
- 30.44. Submeter à autoridade competente propostas de alterações contratuais, quando necessárias;
- 30.45. Obter a formalização da designação do preposto junto à Contratada;
- 30.46. Notificar a Contratada sobre irregularidades identificadas;
- 30.47. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada durante a execução do contrato.

31. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação;
- V - Não manter a proposta;
- VI - Não celebrar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- VIII - Ensejar o retardamento da execução dos serviços ou das etapas previstas no cronograma;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

31.2. O descumprimento total ou parcial do objeto, inclusive por atraso na execução das etapas, execução em desacordo com o cronograma ou pela não conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas, sujeitará a Contratada às penalidades previstas, aplicadas de forma proporcional à parte inadimplida, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

31.3. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ficando sujeita à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da referida Lei, a Contratada que incorrer nas condutas previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

31.4. A sanção aplicada poderá ser estendida aos sócios e administradores por meio da desconsideração da personalidade jurídica, sempre que esta for utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para viabilizar a fraude à sanção, nos termos do art. 160 da mesma Lei.

31.5. As possíveis sanções que poderão ser aplicadas são as seguintes:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

31.6. Para aplicação das sanções, serão observados os critérios e parâmetros estabelecidos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, considerando a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias do caso concreto e o caráter educativo da penalidade.

31.7. A aplicação de quaisquer penalidades será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente e do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

31.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta, o impacto na execução dos serviços e o interesse público envolvido.

31.9. Os fornecedores sancionados poderão ser registrados nos cadastros oficiais pertinentes, conforme legislação aplicável.

31.10. Os atos de aplicação de penalidades serão publicados no Diário Oficial do Estado, na forma da legislação vigente.

32. DA HABILITAÇÃO DA LICITANTE

32.0.1. Contrato social ou instrumento equivalente.

32.0.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

32.0.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

32.0.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

32.0.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Quitação de Tributos Municipais;

32.0.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

32.0.7. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

32.0.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

32.1. Qualificação Econômico-Financeira:

32.1.1. a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

32.1.2. b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

32.1.3. b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

32.1.4. **c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.**

32.1.5. Tais documentos deverão estar assinados pelo representante legal do licitante e por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

33. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

33.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com o objeto da contratação, especialmente nas áreas de:

- I - consultoria e elaboração de planos de negócio;

| | |
|------------|---|
| | II - capacitação e realização de oficinas e treinamentos; |
| | III - atuação junto a comunidades tradicionais, populações vulneráveis ou contextos similares. |
| 33.2. | A comprovação deverá demonstrar aptidão para execução de serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta contratação. |
| 33.3. | A Administração poderá diligenciar para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados. |
| 33.4. | "Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em <u>diligência</u> , que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado." E "conforme apresentado no artigo 67, III, da LEI Nº 14.133/2021 "indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos". " |
| 33.5. | Apresentar a qualificação técnico profissional que será exigido para elaboração do presente objeto junto a qualificação técnica. . |
| 34. | DA GARANTIA E VALIDADE |
| 34.1. | A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas, inconsistências ou inadequações identificadas durante a execução contratual ou após a entrega dos produtos. |
| 34.2. | Os serviços executados, bem como os produtos decorrentes da execução contratual, tais como relatórios técnicos, planos de trabalho e demais entregas previstas, deverão atender às especificações estabelecidas no Termo de Referência, às normas técnicas aplicáveis e às boas práticas profissionais. |
| 34.3. | A Contratada deverá corrigir, complementar ou refazer, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os serviços ou produtos que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidades, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis. |
| 34.4. | A responsabilidade da Contratada pela qualidade dos serviços prestados não se limita ao prazo de execução contratual, devendo assegurar a consistência técnica e a adequação dos produtos entregues. |
| 35. | DA GARANTIA CONTRATUAL |
| 35.1. | Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021. |
| 36. | DA EXTINÇÃO DO CONTRATO |
| 36.1. | Constituem motivo para extinção do contrato: <ul style="list-style-type: none"> I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, especificações técnicas dos serviços ou prazos estabelecidos; II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de executar os serviços contratados; IV - Decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução dos serviços; VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; |
| 36.2. | A Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses: <ul style="list-style-type: none"> I - Supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021; II - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias; III - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas desmobilizações e mobilizações e outras previstas; IV - Atraso superior a 60 (sessenta) dias, contado da apresentação da nota fiscal devidamente atestada, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração pelos serviços executados; V - Não disponibilização, por parte da Administração, das condições necessárias à execução dos serviços, nos prazos contratuais; |
| 36.3. | As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item anterior não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído; |
| 36.4. | A extinção do contrato poderá ser: <ul style="list-style-type: none"> I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. |
| 36.5. | A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo. |
| 37. | DA SUBCONTRATAÇÃO |
| 37.1. | Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, em razão da natureza técnica e da necessidade de execução direta dos serviços pela Contratada. |
| 38. | DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL |
| 38.1. | O presente processo administrativo rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos. |
| 38.2. | Aplicam-se, subsidiariamente, as seguintes normas: <ul style="list-style-type: none"> I - O Decreto Estadual nº 11.363/2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Estado do Acre; II - O Decreto Federal nº 11.871/2023, que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021; III - O Decreto Estadual nº 5.966/2010, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública estadual; IV - A Lei Complementar nº 123/2006, bem como suas alterações promovidas pelas Leis Complementares nº 139/2011 e nº 147/2014; V - A Lei nº 8.078/1990, no que couber. |
| 38.3. | Aplicam-se, ainda, as demais normas pertinentes à contratação de serviços, especialmente aqueles de natureza técnica, bem como os princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. |
| 39. | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS |
| 39.1. | Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como mão de obra, tributos, encargos sociais, taxas, transporte, deslocamentos, materiais e demais custos necessários à plena execução dos serviços, correrão por conta da Contratada. |
| 39.2. | As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. |
| 39.3. | Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas. |
| 39.4. | Para fins de contratação e recebimento de valores junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, a Contratada deverá estar devidamente cadastrada no Cadastro de Credores do Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA, da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ, atendendo a todas as exigências previstas, inclusive quanto à documentação constante no Edital e seus anexos. |
| 39.5. | Para assinatura dos instrumentos contratuais, a licitante poderá utilizar meio eletrônico por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Caso não possua cadastro como usuário externo, deverá providenciá-lo previamente, conforme orientações disponibilizadas pelo órgão competente. |
| 40. | DA VINCULAÇÃO |
| 40.1. | A contratação do objeto vincula-se a este Termo de Referência, ao edital de licitação, à proposta do licitante vencedor e eventuais anexos dos documentos supracitados, independentemente da transcrição. |
| 41. | DA PUBLICAÇÃO |
| 41.1. | A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, devendo ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021. |

41.2. A publicação do extrato do contrato deverá ser realizada no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, no caso de licitação, bem como no sítio oficial da Administração na internet.

42. DOS CASOS OMISSOS

42.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais normas de direito público.

42.2. Aplicam-se, ainda, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

42.3. Aplica-se também, no que couber, a Lei nº 8.078/1990, bem como demais legislações correlatas.

43. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

43.1. Das sanções administrativas aplicadas caberá recurso à autoridade superior àquela que proferiu a decisão, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

44. DO FORO

44.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste procedimento licitatório e do contrato administrativo dele decorrente, as partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, da Justiça Comum Estadual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



[assinatura eletrônica]
Andreia Guedes de Oliveira
Cargo em Comissão - CAS 6
Assessora Executiva de Indigenismo e Comunidades Tradicionais - ASSEICT



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA GUEDES DE OLIVEIRA**, Cargo Comissionado, em 27/05/2026, às 13:38, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021066779** e o código CRC **8E7AC4AF**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 54/2026/SEASDH - DIVCOMP

Unidade Gestora: SEASDH

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DOMESTICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O _____.

O _____, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº _____, através da _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o número _____, com sede na _____, nº _____ – bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, conforme autorização expressa no Decreto nº _____, de _____ de _____ de 201_____, publicado no Diário Oficial do Estado nº _____, pág. _____ de _____ de _____ de 201_____, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____ com sede à _____, nº _____, bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado, na cidade _____ celebram o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/202_____** – _____, homologado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.078/90 e Decreto Estadual nº 11.363/2023, suas alterações e demais normas correlatas, de acordo com o que consta do Processo Nº. _____, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e capacitação, compreendendo a elaboração de planos de negócio e a realização de oficinas e treinamentos, em atendimento ao Convênio nº 916514.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2.1. TABELA DESCRITIVA COM AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADA DOS ITENS.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. ESTIMADO | VALOR TOTAL |
|------|--|-----|-----|----------------------|-------------|
| 01 | <p>Contratação de empresa especializada para elaboração de planos de negócio voltados às atividades produtivas desenvolvidas por mulheres indígenas e comunidades tradicionais.</p> <p>Localidades: aldeias dos municípios de Tarauacá, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Santa Rosa, Porto Walter, Brasiléia, Sena Madureira e Mâncio Lima.</p> <p>Os planos de negócio deverão contemplar, no mínimo, elementos essenciais à estruturação e viabilidade dos empreendimentos, tais como:</p> <p>a) resumo executivo da proposta;</p> <p>b) análise de mercado, incluindo público-alvo, concorrência e potencial de crescimento;</p> <p>c) descrição do empreendimento, abrangendo missão, visão, valores, estrutura e produtos/serviços;</p> <p>d) estratégias de marketing e comercialização;</p> <p>e) planejamento operacional;</p> <p>f) estrutura organizacional e gestão;</p> <p>g) planejamento financeiro, incluindo estimativas de custos, receitas e indicadores de viabilidade.</p> <p><i>Para fins de padronização e garantia da qualidade técnica, a execução deverá observar as diretrizes e resultados esperados definidos no Termo de Referência, considerando, de forma orientativa, os Parâmetros Referenciais constantes do Item 09, os quais possuem caráter exemplificativo e não vinculante, sendo admitidas metodologias, técnicas e soluções equivalentes ou superiores, desde que assegurado o pleno atendimento aos objetivos da contratação e às necessidades das comunidades beneficiadas.</i></p> | UN | 01 | | |

| | | | | | |
|----|---|----|----|--|--|
| 02 | <p>Contratação de empresa especializada para ministrar oficinas e treinamentos de Marketing e Mídias Sociais para mulheres dos povos tradicionais e indígenas.</p> <p>Localidades: aldeias dos municípios de Tarauacá, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Santa Rosa, Porto Walter, Brasília, Sena Madureira e Mâncio Lima</p> <p>Conteúdo Mínimo:</p> <p>Módulo 1: Fundamentos da Comunicação e Narrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios da Comunicação: Explorar o processo comunicativo, importância da mensagem, público e canal • Técnicas de Storytelling: Construção de narrativas (jornada do herói, personagens, estrutura de três atos) • Identidade e Tom de Voz: Definição da voz da marca ou pessoal • Análise de Público-Alvo: Conhecimento da audiência e adaptação da mensagem <p>Módulo 2: Tecnologias de Audiovisual (Teoria e Prática)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos: Câmeras, áudio, iluminação • Conceitos Técnicos: Enquadramento, composição, movimentação de câmera • Edição de Vídeo e Áudio: Softwares, cortes, trilhas e correção de cores • Prática: Exercícios e análise de conteúdo <p>Módulo 3: Estratégias para Mídias Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ecossistema das plataformas, algoritmos, tipos de conteúdo • Planejamento e calendário editorial • Interação e engajamento <p>Módulo 4: Gerenciamento e Análise Estratégica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monetização e crescimento • Ferramentas de análise (Google Analytics e dashboards) • Ética e legislação <p>Projeto Final</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação prática do conteúdo • Pitch e apresentação <p><i>Para fins de padronização e garantia da qualidade técnica, a execução deverá observar as diretrizes e resultados esperados definidos no Termo de Referência, considerando, de forma orientativa, os Parâmetros Referenciais constantes do Item 09, os quais possuem caráter exemplificativo e não vinculante, sendo admitidas metodologias, técnicas e soluções equivalentes ou superiores, desde que assegurado o pleno atendimento aos objetivos da contratação e às necessidades das comunidades beneficiadas.</i></p> | UN | 01 | | |
|----|---|----|----|--|--|

| | | | | |
|--------------------|---|----|----|-----------|
| 03 | <p>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, organização e execução de oficinas e treinamentos em produção de artesanato, com ênfase em técnicas de bijoias e trabalhos com miçangas, destinados a mulheres de povos indígenas e comunidades tradicionais, a serem realizados em localidades indicadas pela Administração.</p> <p>Localidades: em aldeias Assis Brasil, Brasília, Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Santa Rosa, Sena Madureira, Tarauacá e Mâncio Lima.</p> <p>CURSO DE BIJOIAS MÍNIMO</p> <p>Módulo 1: Fundamentos e Matéria-Prima Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos gerais de artesanato com materiais naturais; • Princípios de sustentabilidade e uso consciente dos recursos; • Identificação de materiais naturais disponíveis no contexto local; • Apresentação de ferramentas e equipamentos básicos. <p>Módulo 2: Preparação e Tratamento dos Materiais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de limpeza e preparação de matérias-primas; • Métodos de secagem e conservação; • Procedimentos de tratamento para aumento da durabilidade; • Técnicas de coloração e acabamento com diferentes abordagens. <p>Módulo 3: Design e Montagem de Peças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas básicas de corte, perfuração e manuseio de materiais; • Técnicas de montagem e estruturação de peças; • Noções de composição, design e criatividade; • Desenvolvimento de peças artesanais diversas. <p>Módulo 4: Acabamento e Empreendedorismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de acabamento e finalização; • Verificação de qualidade e resistência das peças; • Noções de apresentação e embalagem; • Introdução à comercialização e valorização do produto artesanal. <p>Serão 12 oficinas em produção de bijoias, para pelo menos 150 mulheres em Terras Indígenas: Mamoadate (Manchinere e Jaminawa, em Assis Brasil), Alto Tarauacá, Kaxinawá Seringal Independência (Jordão), e ainda nos municípios de Brasília, Feijó, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Santa Rosa e Mâncio Lima.</p> <p>CURSO DE ACESSÓRIOS COM MIÇANGA MÍNIMO</p> <p>Módulo 1: Conhecendo as Miçangas e Ferramentas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipos de insumos utilizados na confecção de acessórios; • Materiais de apoio para montagem das peças; • Ferramentas básicas e seu manuseio; • Organização e preparação dos materiais de trabalho. <p>Módulo 2: Técnicas Básicas de Montagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas iniciais de montagem de acessórios; • Produção de peças simples; • Fixação e utilização de fechos e estruturas; • Noções de combinação de cores e estilos. <p>Módulo 3: Pontos e Padrões de Tecelagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de tecelagem e estruturação de peças; • Desenvolvimento de padrões e formas; • Aplicação de diferentes métodos de montagem; • Produção de peças com maior nível de detalhamento. <p>Módulo 4: Acabamento e Venda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de acabamento e reforço estrutural; • Controle de qualidade das peças; • Noções de apresentação e divulgação dos produtos; • Introdução à precificação e comercialização. <p>Serão 19 oficinas da produção de artesanato em miçanga para pelo menos 250 mulheres indígenas nas Terras Indígenas: Campina/katukina (Cruzeiro do Sul), Alto Tarauacá, Kaxinawá Seringal Independência (Jordão), Alto Rio Purus (Madjá e Kaxinawa, Santa Rosa do Purus), Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu (Marechal Thaumaturgo), Arara do Igarapé Humaitá (Porto Walter), Rio Gregório e Igarapé do Caucho (Tarauacá) e ainda nos municípios de Assis Brasil, Brasília, Feijó, Sena Madureira e Mâncio Lima.</p> <p><i>Para fins de padronização e garantia da qualidade técnica, a execução deverá observar as diretrizes e resultados esperados definidos neste Termo de Referência, considerando, de forma orientativa, os Parâmetros Referenciais constantes do Item 09, os quais possuem caráter exemplificativo e não vinculante, sendo admitidas metodologias, técnicas e soluções equivalentes ou superiores, desde que assegurado o pleno atendimento aos objetivos da contratação e às necessidades das comunidades beneficiadas.</i></p> | UN | 01 | |
| VALOR TOTAL | | | | RS |

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor total para cumprimento do presente contrato é de _____ .

| | |
|-----------|---|
| 4. | CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
| 4.1. | Os recursos orçamentários para a referida contratação estão consignados na Unidade Orçamentária – Programa de Trabalho: Cód. Órgão / Unidade Executora: 760.001 Programa de Trabalho: 1266.0000 Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 Fonte de Recurso: 1.665.3110 |
| 5. | CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO |
| 5.1. | O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses , contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja necessidade para a conclusão do objeto e justificativa da Administração. |
| 5.2. | A vigência contratual deverá ser suficiente para a execução integral dos serviços, observando o cronograma físico estabelecido no Termo de Referência e as etapas previstas no Estudo Técnico Preliminar. |
| 6. | CLÁUSULA SEXTA DO LOCAL DE EXECUÇÃO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS |
| 6.1. | A execução do objeto ocorrerá no âmbito do Estado do Acre, abrangendo aldeias indígenas, comunidades tradicionais e áreas urbanas, conforme previsto no Convênio nº 916514. |
| 6.2. | As atividades serão realizadas nos municípios de Porto Walter, Feijó, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Santa Rosa do Purus, Jordão, Tarauacá, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Sena Madureira e Brasiléia, incluindo Terras Indígenas e demais localidades indicadas pela Administração. |
| 6.3. | Considerando as especificidades geográficas da região, a execução poderá ocorrer em áreas de difícil acesso, incluindo deslocamentos terrestres e fluviais, sendo de inteira responsabilidade da contratada o planejamento e a execução da logística necessária ao cumprimento das atividades. |
| 6.4. | A definição exata dos locais, datas e horários das ações será realizada pela contratante, conforme cronograma físico de execução do projeto, podendo sofrer ajustes conforme a necessidade administrativa e as condições locais. |
| 6.5. | Os produtos decorrentes da execução contratual deverão ser entregues conforme as etapas, metas e prazos estabelecidos no Convênio nº 916514 e no cronograma definido pela Administração. |
| 6.6. | Consideram-se produtos da contratação, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> a) Planos de negócio elaborados; b) Relatórios técnicos das atividades realizadas; c) Registros das oficinas e treinamentos (listas de presença, registros fotográficos e/ou audiovisuais); d) Materiais pedagógicos e conteúdos utilizados nas capacitações; e) Resultados das oficinas de capacitação e treinamentos realizados. |
| 6.7. | As atividades presenciais deverão ser executadas diretamente nas comunidades e localidades atendidas, com acompanhamento e validação por representante designado pela contratante. |
| 6.8. | Os produtos de natureza técnica e documental poderão ser entregues em formato digital, por meio eletrônico, ou físico, conforme orientação da Administração. |
| 6.9. | Quando houver fornecimento de materiais, insumos ou equipamentos necessários à execução das atividades, estes deverão ser entregues nos locais indicados pela contratante, garantindo-se sua integridade, qualidade e adequação ao uso previsto. |
| 6.10. | O recebimento dos produtos será realizado mediante verificação do cumprimento integral das exigências contratuais, podendo a Administração solicitar ajustes ou complementações antes da aceitação definitiva. |
| 6.11. | |
| 7. | CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE EXECUÇÃO, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO |
| 7.1. | A execução do objeto será realizada de forma estruturada em etapas , conforme cronograma físico a ser definido pela Administração no Termo de Referência, observadas as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar. |
| 7.2. | O prazo para início da execução dos serviços será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Contratante. |
| 7.2.1. | Dentro desse prazo, a contratada deverá apresentar Plano de Mobilização Inicial , contendo, no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> a) planejamento logístico para deslocamento às localidades de execução; b) cronograma preliminar das atividades; c) composição e organização da equipe técnica; d) identificação dos recursos materiais e operacionais necessários; e) estratégia de execução nas localidades, considerando suas especificidades geográficas e culturais. |
| 7.3. | A contratada deverá assegurar os meios logísticos necessários à execução dos serviços, inclusive quanto ao deslocamento às comunidades atendidas, não sendo admitida a interrupção ou prejuízo das atividades por insuficiência de planejamento logístico |
| 7.3.1. | O início efetivo das atividades ficará condicionado à validação do Plano de Mobilização pela Contratante, que verificará sua compatibilidade com o cronograma físico e com as diretrizes do projeto. |
| 7.3.2. | O prazo previsto no item 16.2 poderá ser ajustado mediante justificativa da contratada e anuência da Administração, especialmente em razão de fatores logísticos, acesso às comunidades e condições operacionais da região. |
| 7.4. | O não cumprimento injustificado do prazo de início da execução poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no instrumento contratual. |
| 7.5. | A execução deverá ocorrer nas localidades indicadas pela Administração, inclusive em áreas de difícil acesso, devendo a contratada assegurar a plena realização das atividades de consultoria, capacitação, oficinas e treinamentos, conforme especificações técnicas estabelecidas. |
| | Da Entrega dos Produtos |
| 7.6. | Os produtos decorrentes da execução contratual deverão ser entregues conforme as etapas previstas no cronograma físico, compreendendo, no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> a) Planos de negócio elaborados; b) Relatórios técnicos das atividades realizadas; c) Registros das oficinas e capacitações (listas de presença, registros fotográficos e/ou audiovisuais); d) Materiais didáticos utilizados; |
| 7.7. | Relatórios de resultados e evidências da execução. |
| 7.8. | Os produtos poderão ser apresentados em formato físico e/ou digital, conforme definido pela Administração, sendo submetidos à análise e validação pelo fiscal do contrato. |
| | Crítérios de Aceitação |
| 7.9. | Somente serão aceitos os serviços e produtos que estiverem em conformidade com: <ul style="list-style-type: none"> a) As especificações constantes no Termo de Referência; b) O Estudo Técnico Preliminar; c) O Plano de Trabalho do Convênio; d) A proposta apresentada pela contratada. |
| 7.10. | Os serviços deverão ser executados com observância às metodologias adequadas ao público-alvo, respeitando as especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades atendidas. |
| | Do Recebimento |

- 7.11. Os serviços serão recebidos:
- I – Provisoriamente**, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, após a entrega de cada etapa ou produto, para verificação da conformidade com as especificações contratuais;
 - II – Definitivamente**, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade técnica, consistência dos produtos entregues e cumprimento integral das obrigações contratuais.
- Da Rejeição e Correções**
- 7.12. Os serviços ou produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo a contratada:
- a) Corrigir, complementar ou refazer os serviços no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação;
 - b) Arcar com todos os custos decorrentes das correções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- Disposições Gerais**
- c) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos serviços prestados;
 - d) A contratada será responsável por toda a logística necessária à execução dos serviços, incluindo deslocamento de equipe, transporte, materiais e insumos;
 - e) Eventuais atrasos deverão ser formalmente justificados e previamente comunicados à Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023;
 - f) A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual caberão ao(s) fiscal(is) designado(s) pela Administração.
- 8. CLÁUSULA OITAVA - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 8.1. A contratação de empresa especializada em Organização de Eventos e Logística, descrita neste Termo de Referência, deverá observar os seguintes requisitos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021:
- 8.1.1. **Requisitos Legais e de Gestão**
- 8.1.1.1. **Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:** A contratação deve seguir os requisitos gerais da Lei, garantindo planejamento adequado e execução transparente.
- 8.1.1.2. **Vedação à Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, salvo serviços acessórios de pequeno vulto previamente autorizados pela Administração. A empresa contratada (ou Consórcio) deve ser responsável pela execução integral, desde a montagem até a desmontagem.
- 8.1.1.3. **Garantia de Contrato:** Não haverá exigência da garantia da contratação (caução), conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/21, dada a natureza de pronta entrega do serviço (evento de curta duração). Contudo, a contratada responde integralmente por danos causados.
- 8.1.1.4. **Composição do Preço:** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos relacionados à locação de espaço, mobiliário, buffet, equipe, transporte, tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas necessárias à completa execução do evento em Cruzeiro do Sul.
- 8.1.2. **Requisitos Mínimos de Qualidade e Execução**
- 8.1.2.1. **Conformidade e Correção Imediata:** A CONTRATADA deverá prestar os serviços em estrita conformidade com as especificações técnicas. Em caso de falhas durante o evento (ex: falha no som, falta de itens no buffet), a contratada deverá realizar a **correção imediata**, sob pena de glosa no pagamento e sanções administrativas.
- 8.1.2.2. **Obrigações Fiscais e Trabalhistas:**
- a) A CONTRATADA é responsável exclusiva pelo pagamento de todos os tributos e encargos trabalhistas de sua equipe (recepcionistas, garçons, técnicos), não gerando vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
 - b) É vedada a utilização de trabalho de menores, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), observada a legislação vigente.
- 8.1.2.3. **Responsabilidade por Danos:** A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos causados à SEASDH, aos participantes do evento ou a terceiros, decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos serviços (ex: intoxicação alimentar, acidentes com estruturas).
- 8.1.3. **Prazos e Local de Execução**
- 8.1.3.1. **Local:** O evento será realizado no município de Cruzeiro do Sul, em local a ser aprovado pela fiscalização na fase de Pré-Evento.
- 8.1.3.2. **Prazo de Execução:** Os serviços deverão ser executados rigorosamente nas datas e horários definidos pela Secretaria demandante, com a estrutura pronta para vistoria com antecedência mínima de **04 (quatro) horas** do início do evento.
- 8.1.3.3. **Atrasos:** O não cumprimento dos horários estabelecidos para o início do Coffee Break, Almoço ou funcionamento dos equipamentos será considerado inexecução parcial, sujeita a penalidades.
- 8.1.4. **Fiscalização e Cooperação**
- a) A CONTRATADA deverá facilitar a FISCALIZAÇÃO, permitindo acesso da equipe técnica da SEASDH a todas as instalações e etapas de preparação do evento.
 - b) A fiscalização não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados.
- 9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 9.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, observando os seguintes requisitos:
- 9.2. **Composição do Preço**
- 9.2.1. **Preço Global e Unitário:** A proposta deverá indicar o **Preço Global** para a execução total do serviço (Lote Único), acompanhado da respectiva **Planilha de Custos Unitários**, discriminando os valores individuais para:
- a) Locação de Espaço e Mobiliário;
 - b) Serviço de Buffet (valor por pessoa);
 - c) Sonorização e Projeção;
 - d) Equipe de Apoio e Logística.
- 9.2.2. **Custos Inclusos:** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: tributos, encargos sociais e trabalhistas, despesas administrativas (BDI), lucro, transporte de equipamentos e pessoal para Cruzeiro do Sul, alimentação e hospedagem da equipe da contratada, e quaisquer outros ônus que incidam sobre a execução do objeto.
- 9.2.3. **Vedação de Custos Adicionais:** Nenhuma reivindicação de pagamento adicional será aceita sob alegação de erro ou omissão na composição de custos da proposta.
- 9.3. **Validade da Proposta**
- 9.3.1. A proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.
- 9.4. **Exequibilidade**
- 9.4.1. Serão desclassificadas as propostas com valores global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**
- 10.0.1. A gestão e a fiscalização do Contrato serão efetuadas por servidores designados da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 ou art. 16 e 17 do Decreto Estadual 11.363/2023 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.
- 10.1. **Fiscal do Contrato**
- 10.2. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 10.2.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
 - 10.2.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
 - 10.2.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes, após conferência prévia do objeto contratado;
 - 10.2.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
 - 10.2.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
 - 10.2.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

- 10.2.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 10.2.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 10.2.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;
- 10.2.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 10.2.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 10.2.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 10.2.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 10.2.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 10.2.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 10.2.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 10.2.17. Realizar, juntamente com a Contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 10.2.18. Reportar-se sempre ao preposto da Contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 10.2.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 10.2.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 10.2.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 10.2.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 10.2.23. Glosar as medições quando houver má execução da Contratada ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 10.2.24. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

10.3. **Gestor do Contrato**

- 10.4. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 10.4.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 10.4.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 10.4.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 10.4.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 10.4.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 10.4.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 10.4.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 10.4.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 10.4.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 10.4.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 10.4.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 10.4.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 10.4.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassem o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 10.4.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 10.4.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 10.4.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o Contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 10.4.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 10.4.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 10.4.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à Contratada;
- 10.4.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à Contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 10.4.21. Notificar a Contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 10.4.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada com seus empregados.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA**

- 11.1. Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços comuns, a Administração realizará, em relação à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, a verificação da compatibilidade da proposta apresentada com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.2. A análise terá caráter **estritamente objetivo**, destinando-se exclusivamente a verificar a aderência da proposta às especificações do objeto, vedada qualquer forma de julgamento subjetivo, pontuação ou classificação técnica entre as propostas.
- 11.3. **Elementos para verificação**
- 11.4. A licitante deverá apresentar, quando solicitado, os seguintes elementos:
- a) descrição da metodologia de execução dos serviços;
 - b) planejamento das etapas de execução;
 - c) cronograma das atividades;
 - d) indicação da equipe técnica;
 - e) demonstração da capacidade operacional para execução do objeto.
- 11.5. **Critérios de aceitabilidade**
- 11.6. A proposta será considerada **ACEITA** quando:
- a) estiver em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
 - b) demonstrar viabilidade de execução do objeto;
 - c) apresentar coerência mínima entre as etapas, prazos e recursos informados;

- d) evidenciar capacidade de atendimento ao público-alvo e às condições de execução.
- 11.7. **Hipóteses de desclassificação**
- 11.8. A proposta será desclassificada quando:
- a) apresentar incompatibilidade com o objeto da contratação;
 - b) demonstrar inviabilidade de execução;
 - c) deixar de apresentar informações essenciais que impeçam a verificação da conformidade;
 - d) não atender às exigências mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.9. **Esclarecimentos**
- 11.10. A Administração poderá solicitar esclarecimentos ou complementações, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta, nos termos da legislação vigente.
- 11.11. **Disposições Gerais**
- a) A verificação de compatibilidade não implica julgamento por técnica e preço;
 - b) Não haverá atribuição de notas, pontuação ou classificação técnica;
 - c) O procedimento observará os princípios da isonomia, objetividade e seleção da proposta mais vantajosa.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**
- 12.1. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente contratação.
- 12.2. A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto, que exige execução integrada, padronização metodológica e coordenação centralizada das atividades de consultoria, capacitação e treinamentos, a serem realizadas em diversas localidades, inclusive em áreas de difícil acesso.
- 12.3. A participação de empresas em consórcio poderia comprometer:
- 12.4. A uniformidade na execução dos serviços;
- a) A padronização das metodologias aplicadas;
 - b) A eficiência na gestão contratual;
 - c) O controle e a fiscalização pela Administração.
- 12.5. Ademais, verifica-se a existência de empresas no mercado com capacidade técnica e operacional suficiente para a execução integral do objeto, não havendo prejuízo à competitividade do certame.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 13.1. É admitida a alteração subjetiva da contratada, decorrente de fusão, cisão ou incorporação, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
- a) a nova pessoa jurídica comprove o atendimento a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) sejam mantidas as condições estabelecidas no contrato, inclusive quanto ao objeto, preços e prazos;
 - c) não haja prejuízo à execução do objeto contratado;
 - d) haja anuência prévia e expressa da Administração quanto à continuidade da execução contratual.
- 13.2. Parágrafo único. A alteração de que trata o caput deverá ser formalmente comunicada à Administração, acompanhada da documentação comprobatória pertinente, cabendo ao gestor do contrato avaliar a regularidade da operação e deliberar sobre sua aceitação.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO**
- 14.1. O pagamento dos bens efetivamente entregues será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições.
- 14.2. O pagamento ficará condicionado à comprovação da execução das atividades e do atendimento ao público-alvo previsto no Plano de Trabalho.
- 14.3. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 14.4. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:
- I - Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);
 - III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);
 - IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
 - V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
 - VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;
 - VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;
 - VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.
- 14.5. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
- a) Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, localizada na Avenida Nações Unidas nº 2.731, bairro: Estação Experimental, cidade de Rio Branco/Acre – CEP. 69.918- 172.
 - b) CNPJ nº 33.863.850/0001-72, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.
- 14.6. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 14.7. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 14.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
- EM = N X VP X I/365), onde:
- EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
- N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso; e
- I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.
- 14.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEASDH, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.
- 14.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 14.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

14.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

14.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

14.14. **Antecipação de pagamento**

a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

15.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja necessidade para a conclusão do objeto e justificativa da Administração.

15.2. A vigência contratual deverá ser suficiente para a execução integral dos serviços, observando o cronograma físico estabelecido no Termo de Referência e as etapas previstas no Estudo Técnico Preliminar.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. A Contratada obriga-se a:

16.2. Assinar o contrato no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021;

16.3. Executar os serviços conforme as especificações constantes no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e em sua proposta, observando o cronograma físico estabelecido pela Administração;

16.4. Realizar as atividades de consultoria, capacitação, oficinas e treinamentos nas localidades indicadas pela Contratante, inclusive em áreas de difícil acesso, garantindo a qualidade e a efetividade da execução;

16.5. Disponibilizar equipe técnica qualificada, com experiência compatível com o objeto, responsabilizando-se integralmente pela execução dos serviços;

16.6. Apresentar, nos prazos estabelecidos, os produtos decorrentes da execução contratual, tais como planos de negócio, relatórios técnicos, registros das atividades e demais entregas previstas;

16.7. Responsabilizar-se por toda a logística necessária à execução dos serviços, incluindo deslocamento de equipe, transporte, materiais, equipamentos e insumos;

16.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

16.9. Comunicar formalmente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, bem como eventuais atrasos, apresentando a devida justificativa;

16.10. Atender prontamente às solicitações e determinações da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários;

16.11. Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações solicitadas;

16.12. Corrigir, complementar ou refazer, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os serviços ou produtos que apresentarem inconsistências ou não atenderem às especificações contratuais;

16.13. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.14. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

16.15. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

16.16. Respeitar as normas de acesso, segurança e conduta estabelecidas pela Contratante, quando da execução das atividades;

16.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia autorização da Administração;

16.18. Manter atualizados seus dados cadastrais e de seus representantes durante toda a execução contratual;

16.19. Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, boas práticas profissionais e diretrizes de sustentabilidade previstas na legislação vigente e no Termo de Referência.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

17.1. O Contratante obriga-se a:

17.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor(es) ou comissão especialmente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

17.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato, o Termo de Referência e a proposta apresentada;

17.4. Proporcionar as condições necessárias para a execução dos serviços, inclusive quanto ao acesso às informações, às localidades e ao apoio institucional necessário;

17.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à adequada execução do objeto;

17.6. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas, irregularidades ou inconsistências verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas;

17.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou produtos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas;

17.8. Acompanhar a entrega dos produtos decorrentes da execução contratual, tais como relatórios, planos de negócio, registros das atividades e demais entregas previstas;

17.9. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à execução dos serviços, após a verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

17.10. Efetuar o pagamento à Contratada, conforme os prazos e condições estabelecidos no Edital e no contrato, após o ateste da execução dos serviços;

17.11. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, em caso de descumprimento contratual;

17.12. Manifestar-se formalmente nos processos administrativos relacionados à execução contratual, especialmente quanto à aplicação de penalidades, alterações e eventuais prorrogações;

17.13. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais repactuações, reajustes e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabíveis;

17.14. Verificar, por ocasião do pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

17.15. Manter registro formal das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

17.16. Disponibilizar, quando aplicável, a ordem cronológica de pagamentos em seu sítio eletrônico, nos termos da legislação vigente;

17.17. Responder pelos atos praticados no âmbito da gestão e fiscalização contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

18.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. As alterações quantitativas deverão ser previamente justificadas pela Administração, com a devida demonstração de sua necessidade, observando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

18.3. Os acréscimos e supressões serão formalizados por meio de termo aditivo, respeitadas as condições originalmente pactuadas.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL**

19.1. **Reajuste:**

19.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **01 (um) ano**, contado da data limite para apresentação das propostas.

19.3. Decorrido o interregno mínimo de 01 (um) ano, e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão ser reajustados, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

19.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

19.5. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, aquele que vier a ser definido pela legislação vigente ou, na sua ausência, outro índice oficial acordado entre as partes, mediante termo aditivo.

19.6. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.7. **Revisão:**

- 19.8. A revisão dos preços contratuais poderá ser concedida, a qualquer tempo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução do objeto.
- 19.9. A solicitação de revisão deverá ser formalmente apresentada pela Contratada, acompanhada de documentação comprobatória e demonstração analítica do impacto nos custos da execução dos serviços.
- 19.10. A análise do pedido de revisão será realizada pela Administração, mediante avaliação técnica e jurídica, podendo ser subsidiada por pesquisa de mercado.
- 19.11. Os efeitos financeiros da revisão serão devidos a partir da data do protocolo do pedido, ou da ocorrência do fato gerador, desde que devidamente comprovado.
- 19.12. Durante a análise do pedido de revisão, a Contratada deverá dar continuidade à execução dos serviços, não podendo interrompê-los sob alegação de desequilíbrio econômico-financeiro.
- 19.13. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais após a data de apresentação da proposta, que impactem comprovadamente os custos do contrato, ensejarão a revisão dos preços, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 19.14. A revisão contratual será formalizada por meio de termo aditivo, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**
- 20.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, observando-se o interesse público e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- 20.2. As alterações contratuais poderão ocorrer nas seguintes situações:
- I - **unilateralmente pela Administração:**
- a) Quando houver necessidade de modificação das especificações dos serviços, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação;
- b) Quando necessária a alteração do valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, nos limites estabelecidos na legislação vigente.
- II - **por acordo entre as partes:**
- 20.3. As alterações contratuais poderão ocorrer por acordo entre as partes, nas seguintes hipóteses:
- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em razão de verificação técnica da inadequação das condições originalmente pactuadas;
- c) Quando necessária a alteração da forma de pagamento, em decorrência de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente execução dos serviços;
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em caso de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, que impactem a execução contratual.
- 20.4. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, devidamente justificado e aprovado pela autoridade competente.
- 20.5. Deverá ser assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a observância das condições originalmente pactuadas, no que couber.
- 21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DE PREÇO**
- 21.1. Os preços contratados poderão ser alterados, durante a vigência do contrato, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e comprovadas.
- 21.2. A alteração dos preços poderá ocorrer para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução do objeto, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da referida Lei.
- 21.3. Também poderá haver redução dos preços contratados, quando verificada a diminuição dos custos de mercado, mediante negociação entre as partes, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 21.4. Na hipótese de solicitação de revisão por parte da Contratada, esta deverá apresentar justificativa formal, acompanhada de documentação comprobatória e demonstração analítica da variação dos custos que impactem a execução do contrato.
- 21.5. A Administração analisará o pedido de alteração de preços, mediante avaliação técnica e jurídica, podendo, para tanto, realizar pesquisa de mercado.
- 21.6. Caso não seja comprovada a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, o pedido será indeferido, devendo a Contratada manter a execução do contrato nas condições inicialmente pactuadas.
- 21.7. As alterações de preço deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
- 22.1. **Preço**
- 22.1.1. O preço ofertado pela CONTRATADA deverá incluir todos os custos necessários, bem como todos os impostos, seguros, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação (Kits de Insumos e Materiais para Artesanato).
- 22.2. **Reajuste**
- 22.2.1. **Irreajustabilidade Inicial:** Os preços são fixos e **irreajustáveis** no prazo de **um ano** contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 22.2.2. **Reajuste Anual:** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de preços ao consumidor amplo, publicado pela FIPE ou outro índice setorial que reflita os custos dos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 22.3. **Revisão de Preço**
- 22.3.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser provida **revisão do preço contratual**, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de:
- 22.3.2. **Comprovação de Fato Extraordinário:** Superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme a Lei nº 14.133/2021.
- 22.3.3. **Impacto Comprovado:** Demonstração analítica do impacto do fato nos custos do Contrato.
- 22.3.4. **Alteração Tributária ou Legal:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como, a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 22.3.5. **Formalização e Efeitos Financeiros:** A revisão será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da Administração Contratante. Em sendo concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido.
- 22.4. **Condições e Limites**
- 22.4.1. **Pesquisa de Mercado:** Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela Contratada.
- 22.4.2. **Continuidade da Execução:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada **não poderá suspender o fornecimento** do objeto licitado, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes e se aprovado a revisão, a diferença será paga após aditivo.
- 22.4.3. **Limite de Mercado:** Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.
- 22.4.4. **Início do Direito:** Para fins do disposto acima, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.
- 23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**
- 23.0.1. A gestão e a fiscalização do Contrato serão efetuadas por servidores designados da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 ou art. 16 e 17 do Decreto Estadual 11.363/2023 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.
- 23.0.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscais do contrato, titulares e substitutos, formalmente designados, competindo-lhes o acompanhamento da execução dos serviços, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a adoção das medidas corretivas cabíveis.
- 23.1. **Fiscal do Contrato**
- 23.2. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 23.3. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

- 23.4. Avaliar a qualidade dos serviços executados e dos produtos entregues, tais como relatórios, planos de trabalho e demais entregas previstas;
- 23.5. Atestar, em documento hábil, a prestação dos serviços, após conferência prévia do objeto contratado;
- 23.6. Controlar a efetividade e eficácia da execução dos serviços em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 23.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em instrumento próprio;
- 23.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato prazo razoável para medida saneadora;
- 23.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 23.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;
- 23.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços, que deverá ser instruído com registros e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 23.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, verificando se estão sendo realizados conforme as condições pactuadas;
- 23.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 23.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 23.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas;
- 23.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais glosas ou ajustes nos valores devidos, quando houver inexecução total ou parcial dos serviços;
- 23.17. Cientificar o gestor do contrato e o Ordenador de Despesas sobre a possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 23.18. Realizar, juntamente com a Contratada, o acompanhamento das etapas executadas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 23.19. Reportar-se ao preposto da Contratada, não devendo dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 23.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 23.21. Controlar a execução dos serviços, aprovando somente as etapas efetivamente concluídas;
- 23.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidades que devam ser sanadas;
- 23.23. Sugerir a aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual;
- 23.24. Representar às autoridades competentes sobre eventual prática de ato ilícito de que tenha conhecimento.
- 23.25. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 23.26. **Gestor do Contrato**
- 23.27. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 23.28. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 23.29. Gerenciar o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 23.30. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais, com qualidade e em conformidade com a legislação vigente;
- 23.31. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para adoção das providências cabíveis;
- 23.32. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua competência;
- 23.33. Analisar as ocorrências apontadas pelo fiscal, inclusive quanto à necessidade de glosas ou ajustes financeiros;
- 23.34. Encaminhar formalmente as demandas à Contratada por meio de ordens de serviço ou instrumentos equivalentes;
- 23.35. Repassar ao Fiscal todas as informações e documentos necessários à fiscalização;
- 23.36. Dar publicidade e manter atualizados os dados do contrato nos sistemas administrativos;
- 23.37. Acompanhar a vigência contratual, adotando providências para prorrogação ou encerramento;
- 23.38. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
- 23.39. Encaminhar ao responsável as questões que ultrapassem sua competência;
- 23.40. Providenciar, sempre por escrito, esclarecimentos ou suporte técnico quando necessário;
- 23.41. Alimentar os sistemas de transparência e gestão contratual com as informações pertinentes;
- 23.42. Negociar condições contratuais, quando necessário e permitido por lei;
- 23.43. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas sobre a execução contratual;
- 23.44. Submeter à autoridade competente propostas de alterações contratuais, quando necessárias;
- 23.45. Obter a formalização da designação do preposto junto à Contratada;
- 23.46. Notificar a Contratada sobre irregularidades identificadas;
- 23.47. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada durante a execução do contrato.
24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 24.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - Dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação;
 - V - Não manter a proposta;
 - VI - Não celebrar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - VIII - Ensejar o retardamento da execução dos serviços ou das etapas previstas no cronograma;
 - IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 24.2. O descumprimento total ou parcial do objeto, inclusive por atraso na execução das etapas, execução em desacordo com o cronograma ou pela não conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas, sujeitará a Contratada às penalidades previstas, aplicadas de forma proporcional à parte inadimplida, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 24.3. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ficando sujeita à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da referida Lei, a Contratada que incorrer nas condutas previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.
- 24.4. A sanção aplicada poderá ser estendida aos sócios e administradores por meio da desconsideração da personalidade jurídica, sempre que esta for utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para viabilizar a fraude à sanção, nos termos do art. 160 da mesma Lei.
- 24.5. As possíveis sanções que poderão ser aplicadas são as seguintes:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.6. Para aplicação das sanções, serão observados os critérios e parâmetros estabelecidos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, considerando a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias do caso concreto e o caráter educativo da penalidade.

24.7. A aplicação de quaisquer penalidades será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente e do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

24.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta, o impacto na execução dos serviços e o interesse público envolvido.

24.9. Os fornecedores sancionados poderão ser registrados nos cadastros oficiais pertinentes, conforme legislação aplicável.

24.10. Os atos de aplicação de penalidades serão publicados no Diário Oficial do Estado, na forma da legislação vigente.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA HABILITAÇÃO DA LICITANTE

25.1. Habilitação Jurídica:

25.1.1. Contrato social ou instrumento equivalente.

25.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

25.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

25.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

25.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

25.2.4. Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Quitação de Tributos Municipais;

25.2.5. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

25.2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

25.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

25.3. Qualificação Econômico-Financeira:

25.3.1. a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

25.3.2. b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

25.3.3. b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

25.3.4. c) **O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.**

25.3.5. Tais documentos deverão estar assinados pelo representante legal do licitante e por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

26.1. Em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

26.2. Caso não haja o mínimo de **3 (três) fornecedores competitivos** enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, ou nas demais hipóteses previstas no **art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006**, o item poderá ser destinado à ampla concorrência, mediante justificativa fundamentada no processo administrativo.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

27.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com o objeto da contratação, especialmente nas áreas de:

- I - consultoria e elaboração de planos de negócio;
- II - capacitação e realização de oficinas e treinamentos;
- III - atuação junto a comunidades tradicionais, populações vulneráveis ou contextos similares.

27.2. A comprovação deverá demonstrar aptidão para execução de serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta contratação.

27.3. A Administração poderá diligenciar para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA GARANTIA E VALIDADE

28.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

28.2. A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas, inconsistências ou inadequações identificadas durante a execução contratual ou após a entrega dos produtos.

28.3. Os serviços executados, bem como os produtos decorrentes da execução contratual, tais como relatórios técnicos, planos de trabalho e demais entregas previstas, deverão atender às especificações estabelecidas no Termo de Referência, às normas técnicas aplicáveis e às boas práticas profissionais.

28.4. A Contratada deverá corrigir, complementar ou refazer, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os serviços ou produtos que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidades, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

28.5. A responsabilidade da Contratada pela qualidade dos serviços prestados não se limita ao prazo de execução contratual, devendo assegurar a consistência técnica e a adequação dos produtos entregues.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

29.1. Constituem motivo para extinção do contrato:

- I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, especificações técnicas dos serviços ou prazos estabelecidos;
- II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de executar os serviços contratados;
- IV - Decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução dos serviços;
- VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

29.2. A Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - Supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- II - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- III - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - Atraso superior a 60 (sessenta) dias, contado da apresentação da nota fiscal devidamente atestada, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração pelos serviços executados;
- V - Não disponibilização, por parte da Administração, das condições necessárias à execução dos serviços, nos prazos contratuais;

29.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item anterior não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

29.4. A extinção do contrato poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

29.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

30.1. Obrigatoriedade do Contrato

30.1.1. Para a formalização da contratação decorrente deste Termo de Referência, será exigida a assinatura de **Termo de Contrato**, conforme disposto no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dada a complexidade das obrigações futuras (execução do evento, responsabilidade civil e trabalhista) e a necessidade de garantia de assistência técnica durante a execução.

30.2. Convocação e Assinatura

30.2.1. A adjudicatária será convocada para assinar o Termo de Contrato no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

30.2.2. O não comparecimento para assinatura do contrato no prazo estipulado, sem justificativa aceita, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a licitante às penalidades legais (multa e impedimento de licitar), facultando à Administração convocar as licitantes remanescentes.

30.3. Publicidade

30.3.1. A eficácia do contrato fica condicionada à sua divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração providenciar a publicação do extrato contratual.

- **20 (vinte) dias úteis**, no caso de licitação;
- **10 (dez) dias úteis**, no caso de contratação direta.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

31.1. 1.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

31.2. 1.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

31.3. 1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

31.4. 1.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

31.5. 1.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

31.6. 1.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

31.7. 1.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

31.8. 1.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

31.9. 1.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

31.10. 1.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

31.11. 1.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

31.12. 1.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

31.13. 1.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – ANTICORRUPÇÃO

32.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

32.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

32.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: seasdh.ouvid@gmail.com ou seasdh.ouvid@ac.gov.br

Endereço: Avenida Nações Unidas, nº 2731, Estação Experimental, Rio Branco - Acre.

33. CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DOS IMPEDIMENTOS

33.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta SEASDH, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

34. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA DA SUBCONTRATAÇÃO

34.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, em razão da natureza técnica e da necessidade de execução direta dos serviços pela Contratada.

35. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

35.1. O presente processo administrativo rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

35.2. Aplicam-se, subsidiariamente, as seguintes normas:

- I - O Decreto Estadual nº 11.363/2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Estado do Acre;
- II - O Decreto Federal nº 11.871/2023, que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021;
- III - O Decreto Estadual nº 5.966/2010, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública estadual;
- IV - A Lei Complementar nº 123/2006, bem como suas alterações promovidas pelas Leis Complementares nº 139/2011 e nº 147/2014;
- V - A Lei nº 8.078/1990, no que couber.

35.3. Aplicam-se, ainda, as demais normas pertinentes à contratação de serviços, especialmente aqueles de natureza técnica, bem como os princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

36. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 36.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como mão de obra, tributos, encargos sociais, taxas, transporte, deslocamentos, materiais e demais custos necessários à plena execução dos serviços, correrão por conta da Contratada.
- 36.2. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 36.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas.
- 36.4. Para fins de contratação e recebimento de valores junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, a Contratada deverá estar devidamente cadastrada no Cadastro de Credores do Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA, da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ, atendendo a todas as exigências previstas, inclusive quanto à documentação constante no Edital e seus anexos.
- 36.5. Para assinatura dos instrumentos contratuais, a licitante poderá utilizar meio eletrônico por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Caso não possua cadastro como usuário externo, deverá providenciá-lo previamente, conforme orientações disponibilizadas pelo órgão competente.

37. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO

- 37.1. A contratação do objeto vincula-se a este Termo de Referência, ao edital de licitação, à proposta do licitante vencedor e eventuais anexos dos documentos supracitados, independentemente da transcrição.

38. CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

- 38.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, devendo ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 38.2. A publicação do extrato do contrato deverá ser realizada no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, no caso de licitação, bem como no sítio oficial da Administração na internet.

39. CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

- 39.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais normas de direito público.
- 39.2. Aplicam-se, ainda, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 39.3. Aplica-se também, no que couber, a Lei nº 8.078/1990, bem como demais legislações correlatas.

40. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 40.1. Das sanções administrativas aplicadas caberá recurso à autoridade superior àquela que proferiu a decisão, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

41. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRO - DO FORO

- 41.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste procedimento licitatório e do contrato administrativo dele decorrente, as partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, da Justiça Comum Estadual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio Branco/AC, __ de _____ de _____.

Elaborado por:
Júlio César Zuza da Costa Júnior
Técnico em Licitação

Revisado por:
Priscila Castro Vidal
Chefe do Departamento de Compras e Gestão Contratual - DEPCGC
Portaria SEASDH n.º 216, de 06 de agosto de 2025



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA CASTRO VIDAL**, Cargo **Comissionado**, em 07/05/2026, às 12:01, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020669146** e o código CRC **62331DFA**.

ANEXO III DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 8.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xxx (xxxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.